



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD



**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
ECONOMIA – FACE**

Joyce José Joaquim

**CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DO CRESCIMENTO ECONÔMICO DE
MUNICÍPIOS DOS ESTADOS DA REGIÃO CENTRO-OESTE DURANTE O
PERÍODO DE 2000 E 2010.**

DOURADOS-MS

2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD



FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
ECONOMIA – FACE

Joyce José Joaquim

**CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DO CRESCIMENTO ECONÔMICO DE
MUNICÍPIOS DOS ESTADOS DA REGIÃO CENTRO-OESTE DURANTE O
PERÍODO DE 2000 E 2010.**

Trabalho de Graduação II (TG-II)
apresentado à Faculdade de Administração,
Ciências Contábeis e Economia da Universidade
Federal da Grande Dourados, como requisito
parcial para a obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Orientador: **Profº. Drº. Alexandre B. M. e Silva**

Banca Examinadora:

Profª Drª. Madalena M. Schlindwein

Profº Drº. Enrique Duarte Romero

DOURADOS-MS

2017

**CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DO CRESCIMENTO ECONÔMICO DE
MUNICÍPIOS DOS ESTADOS DA REGIÃO CENTRO-OESTE DURANTE O
PERÍODO DE 2000 E 2010.**

Joyce José Joaquim

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Presidente

Profº. Drº. Alexandre B. M. e Silva

Avaliadora

Profª Drª. Madalena M. Schlindwein

Avaliador

Profº Drº. Enrique Duarte Romero

AGRADECIMENTOS

O sonho de realizar um curso superior concretizou-se, o caminho trilhado não foi fácil, venci barreiras e superei desafios para fazer minha história. Ao meu esposo gostaria de dizer muito obrigado pelo carinho e apoio para que eu chegasse até esta etapa da minha vida, sua presença significou segurança e certeza de que não estava sozinha nessa caminhada. Já as minhas filhas (Mayara e Sophia) que iluminam o meu caminho e me inspiram a viver, peço desculpas pelo período ausente, meu amor por vocês é incondicional e não há no mundo pessoas mais importantes em minha vida.

Por vezes pensei em desistir, mas agradeço aos meus pais e irmãos por acreditarem que sou capaz e pelas palavras de apoio que me ajudaram a prosseguir.

Ao meu orientador, professor Alexandre Bandeira M e Silva, agradeço pela paciência, dedicação e incentivo para elaboração deste trabalho, assim como a confiança em mim depositada.

Os ensinamentos foram além da grade curricular, despertando a curiosidade e transformando a nossa maneira de ver o mundo. Lecionar é um dom, que inspira o aluno a querer ser uma versão melhor dele mesmo, motivando a superar desafios. A todos os professores do curso, agradeço pelo empenho e contribuição para minha formação.

É um privilégio quando temos pessoas especiais ao nosso lado, dessa maneira agradeço a minha amiga e companheira de curso Alessandra Bueno, pela sua capacidade de me trazer paciência na correria de cada semestre e o carinho durante esses anos.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar o crescimento econômico de municípios dos estados da região Centro-Oeste com mais de dez mil habitantes, durante o período de 2000 e 2010. A metodologia da pesquisa envolveu a análise quantitativa, de caráter descritivo. Pretendeu-se demonstrar os determinantes do crescimento econômico pela ótica da região Centro-Oeste na última década (2000 a 2010). Por oferecerem informações socioeconômicas e regionais do país, as principais fontes de dados foram IPEADATA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do trabalho e emprego (MTE) e Atlas do desenvolvimento humano. A pesquisa também apresentou caráter analítico, pois catalogou variáveis transversalmente da análise de dados e a correlação foram gerados pelo programa de estatística *Eviews*. A análise econômica revelou que o PIB do setor de serviços, industrial e agrícola apresentaram associação positiva para o crescimento econômico, assim como as variáveis sócias, como níveis educacionais, acesso a água encanada, número de emprego, etc. Contudo a variável distância até a capital apresentou correlação negativa, o que pela teoria está correto.

Palavras-chave: Crescimento econômico; Fatores econômicos e Correlação

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the economic growth of municipalities of the states of the Center-West Region with more than ten thousand inhabitants during the period of 2000 and 2010. The research methodology involved the quantitative analysis, of a descriptive character. It was intended to demonstrate the determinants of economic growth from the Central-West region in the last decade (2000 to 2010). The main sources of data were the IPEADATA, the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Ministry of Labor and Employment (MTE) and the Human Development Atlas. The research also presented analytical character, as the statistics program Eviews generated cataloged variables transversally of the data analysis and the correlation. The economic analysis revealed that the GDP of the services sector, industrial and agricultural had a positive association for economic growth, as well as social variables, such as educational levels, access to piped water, employment numbers, etc. However, the variable distance to the capital showed negative correlation, which by the theory is correct.

Keywords: Economic growth; Economic Factors and Correlation

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	7
1.1 O problema e sua importância	10
1.2 Objetivos	10
1.3 Hipótese	10
1.4 Estrutura do trabalho	11
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	11
2.1 Revisão Teórica	11
2.2 Revisão de Literatura	12
3. METODOLOGIA	15
3.1 Área de estudo	15
3.2 Método de pesquisa e dados utilizados	17
4. DISCUSSÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS	19
4.1 Indicadores sociais do estado de Mato Grosso do Sul em 2000 e 2010	20
4.2 Indicadores sociais do estado de Mato Grosso em 2000 e 2010	24
4.3 Indicadores sociais do estado de Goiás em 2000 e 2010	29
4.4 Análise geral de dados socioeconômicos dos municípios da Região Centro-Oeste	33
4.5 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO	35
4.5.1 Análise de correlação de dados dos municípios de Mato Grosso do Sul para amostra de 10.000 habitantes	36
4.5.2 Análise de correlação de dados dos municípios de Mato Grosso para amostra de 10.000 habitantes	38
4.5.3 Análise de correlação de dados dos municípios de Goiás para amostra de 10.000 habitantes	40
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
6. REFERÊNCIAS	44
APÊNDICE A	48

1.INTRODUÇÃO

A previsão de crescimento econômico global projetada em janeiro de 2016 foi de 2,9%, porém houve reformulação da taxa, rebaixando a mesma para 2,4%, fato esse que se deve ao baixo nível de crescimento das economias avançadas, desacelerando o comércio global, retração dos fluxos de capital e baixo preço de produtos básicos. O desaquecimento das economias globais gera preocupação, pois o crescimento econômico impulsiona o desenvolvimento econômico, o qual impactará na qualidade de vida da população (ONUBR, 2016).

Apesar do cenário econômico global apresentar-se insatisfatório, estima-se que a China cresça em 2016 a taxa de 6,7%. A África do Sul deverá crescer a taxa de 0,6%, a Índia deve se manter inalterada em 7,6%, o Brasil tem perspectiva de queda de 4% e a Rússia apresentará recessões mais profundas do que o previsto (ONUBR, 2016).

Conforme apontado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), no ano de 2015 o Brasil apresentou uma retração de 3% e inflação de 8,9%. Durante o final de 2015 e início de 2016, o país caiu de sétimo para nono lugar no *ranking* das maiores potências econômicas do planeta. Segundo as projeções, as dez maiores economias em 2016 foram, em ordem decrescente, Estados Unidos da América, China, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Índia, Itália, Brasil e Canadá (FMI, 2016).

Com o encerramento do ano de 2016, pode-se analisar que as projeções econômicas foram concretizadas, em que os Estados Unidos da América passaram a ter participação na economia mundial de 24,32%, com produto interno bruto (PIB) em dólares de 18,03 trilhões, China com 14,84% e 11 trilhões de dólares, Japão com 5,91% e 4,38 trilhões de dólares, Alemanha com participação de 4,54% e 3,36 trilhões de dólares, Reino Unido com 3,85% e 2,86 trilhões de dólares. Já França corresponde a 3,26% e 2,42 trilhões de dólares, Índia equivale a 2,83% e 2,09 trilhões de dólares, Itália com 2,46% e 1,82 trilhão de dólares, Brasil com 2,39% com 1,77 trilhão de dólares e o Canadá com 2,09% e 1,55 trilhão de dólares, sendo esses países as maiores economias mundiais (RÁDIO ONU, 2017).

Entretanto, o crescimento econômico desses países não pode ser explicado apenas pelas variáveis força de trabalho e estoque de capital. Podendo-se associar, também, à qualidade de mão de obra (melhoria nos níveis educacionais, especialização e treinamento), progresso tecnológico (eficiência na utilização do estoque de capital) e eficiência organizacional (NOGAMI, 2012).

De acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o prognóstico do ritmo de crescimento global para o ano de 2017 é favorável, sendo projetada em 3,3% e, podendo chegar a 3,6% em 2018. Porém, para o mercado brasileiro a estagnação manter-se-á presente, com previsão de queda de 0,3% em 2017 e, expectativa de melhora para o ano de 2018, com crescimento de 1,2% (OCDE, 2016).

O cenário brasileiro passou por grandes transformações de ordem política e econômica nas últimas décadas, as quais influenciaram no contexto do desenvolvimento e emancipação das cidades no período de 1980 a 2010. Entre os fatores históricos pode-se atribuir tais movimentos ao êxodo rural como componente incentivador nesse processo, como a busca de melhoria na qualidade de vida, mecanização do campo, ensino de qualidade, qualificação de mão de obra e acesso a infra-estrutura (hospital, saneamento básico, segurança, transporte, etc). Porém, essa impulsão do trabalhador do campo para a cidade, sem o devido planejamento, promoveu o deslocamento da população para regiões que não possuíam estrutura para suportar a emancipação e o movimento desordenado das pessoas, precarizando o emprego, fortalecendo o trabalho informal, favorecendo o surgimento de favelas e violência, o que impactou também no crescimento econômico das cidades (GOMES, 2013).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o Censo demográfico 2010 apurou que a população nacional apresentou um crescimento de 12,33% durante a década de 2000 a 2010. Valor inferior quando comparado ao da década anterior que foi de 15,6%. Já a população urbana aumentou de 81% para 84%.

Certamente, esse aumento populacional ocorre pela busca contínua por trabalho e melhoria na qualidade de vida. Contudo, a urbanização nos municípios brasileiros acontece de forma desequilibrada, fazendo com que a população desloque-se para grandes centros que apresentam melhor expansão econômica, aumentando as demandas sociais (segurança pública, transporte, educação, saúde, etc). O inchaço populacional não planejado acaba gerando a exclusão social e causando déficit de moradias, congestionamento veicular, violência, moradores de rua, enchentes, desmoronamentos, poluição do ar e de recursos hídricos. Estudos revelaram que o Centro-Oeste é a região que apresentou maior crescimento populacional durante o período de 1970 a 2000, porém esse fato não é sinônimo de igualdade entre os municípios que compõem os estados e nem melhora na renda, impactando na qualidade de vida de seus habitantes (VASCONCELOS, 2006).

Entre os fatores que favoreceram o crescimento econômico da região Centro-Oeste, pode-se atribuir a mudança da capital federal da cidade do Rio de Janeiro para a recém criada Brasília, que ocorreu em 1960 e a oficialização da emancipação do Sul do estado de Mato

Grosso em 1977, dando origem a nova unidade de federação Mato Grosso do Sul, a propósito os argumentos que levaram a divisão foram o fortalecimento das fronteiras locais com a Bolívia e o Paraguai; impulsionar o desenvolvimento regional e a ocupação territorial e manter uma relação política com o partido da ditadura. Em suma, a região era considerada área agrícola de subsistência, extrativismo e mineração incipiente. (GOMES; NETO, 2000).

Acrescenta-se, também, a atuação do governo federal, dada pelos investimentos públicos, privados (estimulado pelo setor público) e gastos públicos, diversificando a base produtiva, favorecendo o crescimento econômico e populacional para áreas inóspitas. Com isso, a região passou a contribuir expressivamente na composição do PIB nacional, saltando de 2,45% em 1960 para 7,45% em 1996 (GOMES; NETO, 2000).

Ao comparar a projeção do produto interno bruto do último trimestre do ano 2015 e o primeiro do ano de 2016, observa-se que a região Centro-Oeste apresentou melhor performance econômica, registrando alta de 1,33%, considerado um crescimento acima do ritmo observado para todo o país, a região Sul com 0,96% e o Norte registrando taxa de 0,45%. Porém, a região Sudeste reduziu em 1,58% e o Nordeste caiu 0,88% (PORTAL BRASIL, 2016).

Deve-se destacar ainda a importância da sustentabilidade como promotora de crescimento econômico. A falta de investimento em infra-estrutura e alto índice de desperdício do recurso natural à sobrevivência humana geram escassez da água e, problemas relacionados ao saneamento, limitando o crescimento e a geração de emprego, conforme apontado pelas Nações Unidas no Brasil (ONUBR, 2016).

No Brasil, a região Centro-Oeste é líder na produção de grãos e carne bovina, apresentando taxas de crescimento do PIB e PIB *per capita* superiores à média nacional, fato este que pode ser explicado pelo estímulo do setor público por meio de crédito, subsídios ou subvenções. Com isso, a região vem mostrando-se atrativa para diversificação de atividades, tais como, prestação de serviços, turismo, indústria, etc (CORRÊA *et al*, 2014).

Contudo, o processo de industrialização possui importância significativa para alavancar o crescimento, fato esse que ainda não ocorre de maneira pulverizada no Centro-Oeste, uma vez que a região avançou na atividade agropecuária, mas seu grau de industrialização ainda é baixo quando comparado com outras regiões, necessitando buscar o aumento do seu estoque de capital como forma de qualificar sua estrutura produtiva (MIRAGAYA, 2014).

1.1 O problema e sua importância

O Centro-Oeste possui uma área territorial imensa e riquezas naturais abundantes. O crescimento e a modernização da região convivem com desigualdades intra-regionais, resultado do dinamismo diferenciado no território regional. O que reflete nos indicadores sociais, mostrando as manchas de nível de renda e dinamismo diferenciado. O grande desafio é a redução da desigualdade social e a busca do melhor desempenho econômico dos municípios que compõem seus respectivos estados, promovendo a desconcentração de renda acumulada em poucos municípios (BUARQUE; SOUZA, 2007).

Para melhor compreensão da dinâmica da região, procura-se responder a seguinte pergunta: Quais variáveis econômicas e sociais que mais impactaram no processo de crescimento econômico de municípios dos estados da região Centro-oeste durante os anos de 2000 e 2010?

1.2 Objetivos

Este estudo tem como objetivo geral analisar o crescimento econômico de municípios dos estados da região Centro-Oeste, durante o período de 2000 e 2010. Especificamente pretende-se:

- Definir a performance do processo de crescimento econômico na região Centro-Oeste, no período de 2000 e 2010;
- Identificar e descrever as variáveis socioeconômicas que mais se correlacionam com o crescimento econômico de municípios dos estados da região Centro-Oeste;
- Confrontar as variáveis relacionadas ao crescimento econômico no período de 1980 e 2000 ao período de 2000 e 2010, realizando uma análise comparativa dos dados.

1.3 Hipótese

A hipótese desse trabalho considera as variáveis PIB municipal industrial, PIB municipal de serviços, população e sistema adequado de esgotamento sanitário, como sendo as mais importantes para explicar a variação do crescimento em municípios da região Centro-Oeste.

1.4 Estrutura do trabalho

O trabalho está organizado em seis sessões: uma breve exposição da introdução; apresentação da revisão bibliográfica contendo trabalhos fundamentados em teorias, assim como os principais estudos já realizados acerca do tema; a metodologia, que destaca as técnicas utilizadas para o desenvolvimento do estudo; à discussão e análise dos resultados, que destaca o experimento realizado no trabalho; considerações finais, que expõe uma breve conclusão da pesquisa; e, por fim, as referências inserindo os autores pesquisados para a elaboração deste estudo.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Os termos crescimento e desenvolvimento econômico, geralmente, promovem dúvidas de caráter conceitual, de forma que na revisão bibliográfica pretende-se esclarecer a diferença entre ambos e como são compostos. E ainda, através de estudos já realizados, busca-se destacar a importância do crescimento econômico e sua relação com variáveis socioeconômicas.

2.1 Revisão Teórica

O crescimento econômico é a ampliação em termos quantitativos da capacidade produtiva de bens e serviços de um determinado país ou área econômica, com o propósito de atender às necessidades humanas, sendo dependente da educação, progresso tecnológico e acumulação de capital em máquinas. O crescimento econômico pode ser mensurado pela ótica do produto, renda e dispêndio (GREMAUD; TONETO JÚNIOR; VASCONCELLOS, 2014).

A ótica do produto consiste no valor monetário de venda do produto final, em um dado período de tempo, evitando dessa forma a dupla contagem, com isso os bens intermediários são eliminados da contabilização. O conceito de dispêndio ou demanda, descreve o destino do produto, seja para o investimento ou consumo (pessoal e público), em que para efetuar o cálculo deve-se somar o consumo, investimento, exportações e subtrair as importações. A renda refere-se à remuneração dos fatores de produção por meio de salário, lucros, juros e aluguéis (GREMAUD; TONETO JÚNIOR; VASCONCELLOS, 2014).

Ainda de acordo com Gremaud, Toneto Júnior e Vasconcellos (2014, p. 59), o desenvolvimento econômico é classificado em termos qualitativos, englobando o crescimento

econômico, pois o processo de acumulação de capital, qualificação de mão-de-obra (educação) e o progresso tecnológico, associados ao trabalho, elevam a produtividade, promovendo aumento de salários, e melhorando o padrão de vida da população. Ou seja, “desenvolvimento econômico está associado às condições de vida da população ou à qualidade de vida dos residentes no país”. O mesmo pode ser calculado pelo Produto Interno Bruto *per capita*, distribuição de renda e indicadores sociais.

O PIB *per capita* trata da produção total de bens e serviços do país dividido pelo seu respectivo número de habitantes em um dado período de tempo, na qual pode ser obtida a renda média da população. A distribuição de renda analisa a forma como é processada a repartição da riqueza pela população, podendo auferir seu grau de concentração. Indicadores sociais fornecem dados quantitativos com relação à qualidade de vida da população, como acesso a água potável, taxa de alfabetização, índice de desenvolvimento humano (IDH), entre outros (GREMAUD; TONETO JÚNIOR; VASCONCELLOS, 2014).

O IDH é um dos indicadores mais importantes e utiliza como critério de avaliação o nível educacional, a longevidade e a renda. O índice varia entre 0 e 1, isto é, o resultado inferior a 0,550 é considerado baixo desenvolvimento humano, de 0,550 a 0,699 trata-se de um desenvolvimento médio, entre 0,700 e 0,799 considera-se alto desenvolvimento humano e muito alto quando acima de 0,800. O programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é um órgão da ONU, responsável pela elaboração do IDH (ATLAS, 2013).

Com o intuito de avaliar o desenvolvimento humano de uma determinada localidade, surgiu o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM), facilitando a comparação entre as áreas, buscando melhor desempenho socioeconômico. O índice varia entre 0 e 1, sendo: i) entre 0 e 0,499 - um índice muito baixo; ii) 0,500 a 0,599 - baixo desenvolvimento; iii) de 0,600 a 0,699 - médio; iv) entre 0,700 a 0,799 – alto e acima de 0,800 é considerado muito alto desenvolvimento humano municipal. O IDH e IDHM não podem ser comparados, pois o IDH mensura o desenvolvimento humano de países em um contexto globalizado, já o IDHM compara territórios nacionais entre si (ATLAS, 2013).

2.2 Revisão de Literatura

Sabe-se que a composição do gasto público afeta a taxa de crescimento de um país. Primeiramente, a construção do governo é uma questão de escolha pública e disputa política, e ainda, os gastos caracterizados em produtivos e improdutivos. Para melhorar o desempenho

econômico necessita de combinações entre os dois fatores. Em segundo, será analisada a contribuição que cada componente do gasto tem para o crescimento econômico, para que se possa efetuar cortes fiscais adicionais (ROCHA; GIUBERTI, 2005).

Ainda de acordo com Rocha e Giuberti (2005), os componentes do gasto público contribuem para o crescimento econômico. No estudo foram utilizados dados em painel para o período de 1986-2002. Os pesquisadores obtiveram: uma relação negativa entre os gastos correntes do governo e o crescimento econômico; relação positiva entre os gastos com capital e a taxa de crescimento; relação positiva entre o crescimento econômico e os gastos com defesa, educação, transporte e comunicação, exceto a saúde que apresenta relação negativa. Ou seja, há necessidade de reorientação na composição dos gastos em direção aos gastos com investimento, já que este tem um efeito positivo sobre o produto, o qual promoverá a expansão econômica.

Dessa forma, Araujo, Monteiro e Morais (2009) elaboraram uma pesquisa procurando mensurar a relação entre os gastos públicos com o crescimento econômico e quais gastos estão influenciando positivamente o crescimento dos municípios cearenses, sendo uma amostra de 122 dos 184 municípios de 2002 a 2009. Foram consideradas as despesas com saúde e saneamento; urbanismo e habitação; custeio de pessoal e legislativo e o capital físico e humano também foram inseridos. Empregando metodologia de dados em painel e com auxílio de regressão, conclui-se que o capital físico e humano contribui positivamente, já os gastos com saúde, saneamento e legislativos não apresentam impacto positivo para o crescimento. Contudo, as despesas com urbanismo, habitação e custeio com pessoal apresentaram impactos positivos.

Para avaliar o rendimento médio da população, Marinho e Soares (2003) identificaram que no Brasil há maior incidência de pobreza quando comparado com outros países que possuem renda *per capita* semelhante. O fato do crescimento econômico ser relativamente ineficiente na redução da pobreza deve-se a desigualdade na distribuição de renda. Nesse contexto, os autores buscaram decompor a variação da pobreza nas variações resultantes do crescimento econômico e da variação da concentração de renda, estimando a elasticidade da renda média sobre a pobreza em 25 estados brasileiros, no período entre 1985 e 1999. As principais constatações mostraram que nos estados em que a pobreza é mais intensa, há maior dificuldade em combatê-la, uma vez que a baixa renda média e a elevada concentração reduzem a elasticidade renda-pobreza (MARINHO; SOARES, 2003).

Além disso, Costa, Dassow e Figueiredo (2011) analisaram, no estado de Mato Grosso, os efeitos dos componentes setoriais do valor adicionado bruto sobre o crescimento

econômico e a convergência de renda, durante o período de 2001 a 2007. Adaptaram o modelo de Barro e *Sala-i-Martin* para β convergência com técnicas econométricas espaciais. O resultado apurou que as cidades que possuem menor renda *per capita*, estão apresentando melhor expansão econômica que os municípios mais ricos, tendendo ao longo prazo ao estado estacionário. As variáveis relacionadas às composições setoriais (agropecuário, industrial e de serviços) foram estatisticamente significativas. Entretanto, as variáveis: investimento público, escolaridade, crédito, IDH e índice de Gini não foram estatisticamente significativos. Observou-se também, que a administração pública não é relevante para o setor dinâmico dos municípios de Mato Grosso e o setor agropecuário é o responsável pelas oscilações econômicas, demonstrando a vulnerabilidade do setor e o quanto impactaria no processo de crescimento do estado.

Aliás, no artigo de Vieira, Albert e Bagolin (2008) destaca-se que a participação de um país na economia global depende dos índices de crescimento econômico e tecnológico que, por sua vez, depende dos investimentos em capital humano. O Brasil faz parte desse grupo emergente, por apresentar altos níveis de exportação e uma parcela crescente no mercado mundial. Porém, internamente, se depara com desigualdades, baixos níveis de investimento, insuficiente acumulação de capital humano, dentre outros fatores. A análise foi efetuada por meio de painel de dados, o qual procurou mostrar a importância da educação para o desenvolvimento do capital humano e, conseqüentemente, a formação de profissionais qualificados que proporcionará aumento no nível da produção de um país

Nesse sentido, Pereira (2004) esclarece que o nível educacional possui papel importante para alavancar o crescimento econômico, sendo uma maneira de preparar os trabalhadores para os desafios empresariais. Com isso, a Região Norte do Brasil foi analisada durante o período de 1994 até 2004, avaliando a escolaridade em relação ao rendimento do indivíduo e, ainda, se sua produtividade contribuiu para o crescimento econômico. A metodologia do estudo foi de caráter descritivo e documental, chegando à conclusão de que o investimento governamental em educação, dos estados da Região Norte e Nordeste, é inferior à média do Brasil, e para se alcançar o crescimento econômico sustentável é necessário investimento público na educação.

Acrescenta-se que outra variável que pode influenciar no processo de crescimento econômico é a taxa de homicídio. Deste modo, Mynayo e Souza (1993), com o objetivo de avaliar a violência social, realizaram um trabalho de caráter descritivo e concluíram que o crescimento da mortalidade por homicídio no município do Rio de Janeiro estava aliado à desigualdade socioeconômica, baixo salários, renda familiar associada à inflação,

ocasionando perda do poder aquisitivo e a faixa etária de homicídios incide sobre idades economicamente ativas. Além disso, o homicídio pode relacionar-se à consolidação do crime organizado, grupos de extermínio, aumento da população que vive e trabalham nas ruas e ainda instituições legítimas cúmplices da ilegalidade, penalizando a juventude que na ânsia de viver em uma sociedade que pouco oferece, buscam de maneira ilícita satisfazer suas necessidades.

Por fim, os estudos apresentados ampliaram o conhecimento acerca do crescimento econômico e suas variáveis socioeconômicas, o que contribuirá para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

3. METODOLOGIA

3.1 Área de estudo

A área a ser analisada é a região Centro-Oeste brasileira, que pode ser visualizada por meio da Figura 1. A referida região é composta pelos estados de Goiás (GO), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS) e Distrito Federal (DF), onde fica localizada Brasília, a capital do país). A principal fonte de produção está relacionada, com a agricultura e pecuária (IBGE, 2016).

De acordo com o censo demográfico de 2010, o estado de Mato Grosso do Sul apresenta população urbana de 2.097.238 habitantes e rural de 351.786. Mato Grosso possui população urbana de 2.482.801 habitantes e rural de 552.321. Em Goiás a população urbana é de 5.420.714 habitantes a rural com 583.074. O Distrito Federal apresenta população urbana de 2.482.210 habitantes e rural com 87.950. No total, o crescimento populacional urbano da região Centro-Oeste foi de 12.482.963 e rural de 1.575.131 representando um aumento de 1,66% (MS), 1,94 % (MT), 1,84% (GO) e 2,28% (DF) durante o período de 2000 a 2010 (IBGE, 2010).

A região Mato-grossense é composta por 141 municípios, sendo a capital Cuiabá, apresenta densidade demográfica (hab/km²) de 3,36, com clima tropical super-úmido e acompanhado de elevada temperatura. Estima-se que para o ano de 2016 a população chegue a 3.305.531, com área de 903.198,091 km² e rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* da população residente de R\$ 1.055,00 (IBGE, 2016).

Mato Grosso do Sul é composto por 79 municípios, sendo a capital Campo Grande, com densidade demográfica (hab/km²) de 6,86, com clima tropical. Estima-se para o ano de

2016 que a população total seja de 2.682.386 habitantes, com área total de 357.145.534 km² e rendimento nominal mensal *per capita* da população residente de R\$ 1.045,00 (IBGE, 2016).

Goiás possui 246 municípios, sendo a capital Goiânia, apresentando densidade demográfica (hab/km²) de 17,65, sua região é conhecida pela clima tropical semi-úmido e riquíssima variedade em sua fauna. Estima-se que para o ano de 2016 a população chegue a 6.695.855 habitantes, com área de 340.110,385 km² e renda nominal mensal domiciliar *per capita* da população residente de 1.077,00 (IBGE, 2016).

Distrito Federal possui apenas um município, sendo sua capital Brasília, apresentando densidade demográfica (hab/km²) de 444,66. Estima-se que para 2016 a população atinja 2.977.216 habitantes, com área total 5.779,999 km² e rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* de R\$ 2.252,00 (IBGE, 2016). De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, capítulo V, o artigo 32 menciona que é vedada a divisão do Distrito Federal em municípios e, no primeiro parágrafo denota-se: Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios. Com isso, o DF será desconsiderado para análise estatística desse estudo.



Figura 1: Mapa do Brasil dividido em regiões.

Fonte: IBGE (2014).

3.2 Método de pesquisa e dados utilizados

A pesquisa será quantitativa, de caráter descritivo. A pesquisa descritiva, segundo Gil (2002), procura descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou ainda estabelecimento de relações entre as variáveis. Baseando-se em referenciais teóricos já publicados, como artigos acadêmicos, livros, internet e revistas. Procura-se demonstrar os determinantes do crescimento econômico pela ótica da região Centro-Oeste na última década (2000 a 2010). A pesquisa apresentará também caráter analítico, pois irá catalogar variáveis transversalmente da análise de dados e correlação por meio do programa de estatística *Eviews*.

Destacam-se, os dados a serem coletados e variáveis a serem analisadas, na Tabela 01, envolvendo os municípios dos estados da região Centro-Oeste com população a partir de 10.000 habitantes e que foram emancipados durante o período de 2000 a 2010. Buscando-se identificar quais variáveis influenciam no processo de crescimento econômico.

Tabela 01: Variáveis socioeconômicas e fonte de coleta de dados

Variáveis	Fonte de coleta dados
Anos de estudo	ATLAS
Capital humano	IPEADATA
Custos de transporte à capital estadual	IPEADATA
Despesa orçamentária municipal	IPEADATA
Distância à capital estadual	IPEADATA
Domicílios com água potável	IPEADATA
Domicílios com instalação adequada de esgoto	IPEADATA
IDHM	ATLAS
Número de emprego	MTE (RAIS)
PIB municipal	IPEADATA
PIB municipal agropecuário	IPEADATA
PIB municipal de serviços	IPEADATA
PIB municipal industrial	IPEADATA
Receita orçamentária municipal	IPEADATA
Taxa de homicídios	ATLAS

Fonte: Elaboração própria

De acordo com Gil (2008), o método de pesquisa quantitativo requer que tenham por objetivo testar hipóteses ou descrever com precisão as características de uma população ou grupo. Com isso, após a coleta de dados, busca-se mensurar os principais fatores que contribuem para a desigualdade no crescimento econômico entre os municípios de seus respectivos estados, que compõem a região Centro-Oeste, por meio de métodos estatísticos e econométricos.

Primeiramente, precisa-se entender o conceito de média aritmética, que trata-se da soma de todos elementos dividido pelo número de elementos desse conjunto, a mesma pode ser expressa pela fórmula abaixo (SARTORIS, 2008):

$$\bar{X} = \frac{X_1 + X_2 + \dots + X_n}{n} \quad (1)$$

Podendo ser reescrita de forma resumida, conforme abaixo:

$$\bar{X} = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n X_i \quad (2)$$

A média pode sofrer influência por valores extremos, para tanto, é necessário calcular a variância, a qual indica a dispersão ou propagação dos dados de uma amostra e, a distância que encontra-se da média, a variância é dada:

$$Var(X) = \sigma_X^2 = \frac{(X_1 - \bar{X})^2 + (X_2 - \bar{X})^2 + \dots + (X_n - \bar{X})^2}{n} \quad (3)$$

Resumidamente:

$$Var(X) = \sigma_X^2 = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n (X_i - \bar{X})^2 \quad (4)$$

Como a variância envolve o quadrado de X , acaba tornando difícil a interpretação do quanto o resultado obtido se difere da média, pois a dimensão da variância é a dimensão do quadrado de X . Portanto, é necessário medir a dispersão pelo desvio padrão, que é a raiz quadrada da variância, ou seja, o desvio padrão retira o efeito do quadrado da variância, facilitando a interpretação, o mesmo é dado:

$$dp(X) = \sigma_X = \sqrt{var(X)} \quad (5)$$

Ainda de acordo com Sartoris (2008), precisa-se avaliar a relação entre as variáveis, ou seja, a variância conjunta, uma medida da extensão com que duas variáveis aleatórias movem-se, podendo ser representada pela fórmula:

$$Cov(X, Y) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n (X_i - \bar{X})(Y_i - \bar{Y}) \quad (6)$$

Na estatística descritiva, a correlação ou coeficiente de correlação, procura medir o grau de associação linear entre duas variáveis, ou seja, mede a força de associação linear entre x e y . O coeficiente apresenta valores entre -1 e 1, em que, -1 considera-se correlação negativa

e 1 correlação positiva. A correlação não implica em causalidade, todavia se duas variáveis estiverem interligadas em uma relação de causa e efeito, uma irá prever o valor da outra, nesse caso, havendo correlação. O cálculo pode ser efetuado por meio da seguinte fórmula (GUJARATI, 2006):

$$r = \frac{n\sum xy - \sum x \sum y}{\sqrt{n\sum x^2 - (\sum x)^2} \sqrt{n\sum y^2 - (\sum y)^2}} \quad (7)$$

Sendo:

r , coeficiente de correlação linear para dados amostrais;

n , número de dados amostrais;

\sum , somatória dos itens indicados;

$\sum x$, somatória de todos os valores de X ;

$\sum x^2$, indica que cada elemento de X deve ser elevado ao quadrado e posterior somados;

$(\sum x)^2$, indica que os valores de X devem ser somados e o total elevado ao quadrado;

$\sum y^2$, indica que cada elemento de Y deve ser elevado ao quadrado e posterior somados;

$(\sum y)^2$, indica que os valores de Y devem ser somados e o total elevado ao quadrado;

$\sum xy$, indica que cada valor de X deve primeiramente multiplicar seu correspondente de Y .

Depois de obtido todos os produtos, esses devem ser somados.

Dessa forma, conclui-se que o coeficiente de correlação linear é uma estatística calculada a partir de dados amostrais, procurando medir o grau de associação entre x e y .

Diante disso, a média e o desvio padrão serão calculados para as variáveis dos municípios selecionados, com objetivo de identificar as maiores e menores médias e dispersões. Já a correlação será efetuada entre a variação do PIB total (Y) para com as demais variáveis (X) dos municípios dos estados da região Centro-Oeste, durante o período de 2000 a 2010, para verificar quais variáveis estão mais ou menos associadas entre si e ao processo de crescimento econômico.

4. DISCUSSÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

O estado de Mato Grosso do Sul possui 79 municípios, dos quais 54 detinham população superior a 10.000 mil habitantes durante o período de 2000 e 2010. A Região Mato-grossense é composta por 141 municípios e, 75 dispunham de mais de 10.000 mil

habitantes durante a década de 2000 e 2010. Goiás compreende 246 municípios, nos quais 92 apresentavam mais que 10.000 mil habitantes ao longo dos anos de 2000 e 2010.

Para esse estudo será considerado municípios que detinham 10 mil habitantes, seja para o ano de 2000 ou 2010, isto é, cidade que no ano 2000 possuía população igual ou superior a 10 mil habitantes, porém no ano 2010 teve esse número inferior a 10 mil, ainda assim será considerado para pesquisa. Após mensurar o número de habitantes de cada município por seu respectivo estado, será efetuado identificação e análise das variáveis econômicas, sociais e setor público para evidenciar quais influenciaram mais e menos no processo de crescimento econômico dos municípios.

4.1 Indicadores sociais do estado de Mato Grosso do Sul em 2000 e 2010

De acordo com a Tabela 2, que apresenta as variáveis sociais do estado de Mato Grosso do Sul, observa-se que o número de moradores em MS aumentou 17,85 % de 2000 para 2010, sendo a cidade que apresentou menor crescimento populacional foi Camapuã, com um decréscimo de 17,15%; já a expansão do conjunto de habitantes pertence a Sidrolândia, com 79,41%, ressalta-se que a pesquisa está considerando municípios com população igual ou superior a dez mil habitantes, seja para o ano 2000 ou 2010. Contudo, a taxa de homicídios (100.00 habitantes) acompanhou o crescimento populacional, sendo que o desvio padrão no ano 2000 foi de 19,15 e 2010 fechou com 19,84, aumentando a concentração de assassinatos. Com isso foi possível verificar que a cidade de Coronel Sapucaia apresentou maior índice de violência, ao contrário de Cassilândia (2000) e Itaporã (2010).

Mas ainda, constata-se desconcentração em torno da média, promovido pelo aumento do desvio padrão para variável anos de estudos, ou seja, indivíduos com vinte e cinco anos ou mais com ensino médio completo, no qual o município com maior percentual é a cidade de Campo Grande, já a menor é Paranhos. E, ainda percebe-se um aumento no número de domicílios com instalações adequadas das redes de esgoto, sendo que Campo Grande possui as melhores instalações, ao contrário de Selviria, que compreende o pior sistema de esgotamento.

Tabela 2 - Características sociais dos municípios de Mato Grosso do Sul com mais de 10.000 habitantes

VARIÁVEIS	2000	2010
População residente – total (habitante)	2.078.001,00	2.449.024,00
- Média	35.985,02	42.619,33
- Desvio padrão	90.682,87	107.575,83
- Mínimo (Aral Moreira – 2000 e Glória de Dourados – 2010)	8.055,00	9.927,00
- Máximo (Campo Grande – 2000 e 2010)	663.621,00	786.797,00
Participação (%) na população total do estado	93,51%	93,97%
Taxa de homicídios (100.000 habitantes)		
- Média	27,54	30,12
- Desvio padrão	19,15	19,84
- Mínimo (Cassilândia – 2000 e Itaporã- 2010)	4,98	5,16
- Máximo (Coronel Sapucaia 2000 e 2010)	85,87	123,58
Anos de estudo - % de 25 anos ou mais com médio completo		
- Média	14,89	25,79
- Desvio padrão	4,96	6,72
- Mínimo (Paranhos 2000 e 2010)	5,93 %	13,09 %
- Máximo (Campo Grande 2000 e 2010)	32,22 %	47,81 %
Domicílios com água encanada (% população)		
- Média	83,73	93,95
- Desvio padrão	9,77	5,34
- Mínimo (Nioaque – 2000 e Paranhos – 2010)	59,48 %	70,18%
- Máximo (Selvíria - 2000 e Fátima do Sul - 2010)	96,52%	99,34 %
Domicílios - com instalação adequada de esgoto - pessoas - (%)		
- Média	9.715,67	13.157,69
- Desvio padrão	25.327,93	34.095,38
- Mínimo (Selvíria 2000 e 2010)	1.722,00	1.989,00
- Máximo (Campo Grande 2000 e 2010)	185.575,00	249.800,00
Esperança de vida ao nascer – Ano		
- Média	69,99	74,37
- Desvio padrão	1,52	1,30
- Mínimo (Dois Irmãos do Buriti -2000 e Itaquiraí -2010)	65,05	71,30
- Máximo (Nova Andradina – 2000 e Maracaju -2010)	73,05	77,35
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHm)		
- Média	0,564	0,687
- Desvio padrão	0,051	0,040
- Mínimo (Paranhos 2000 e 2010)	0,441	0,588
- Máximo (Campo Grande 2000 e 2010)	0,673	0,784

Fonte: Resultados da pesquisa

Ao analisar o desvio padrão da variável esperança de vida ao nascer, evidência-se que o mesmo saiu de 1,52 para 1,30, com isso aumentando a média de vida da população de 69,99 (2000) para 74,37 (2010). Da mesma forma, constata-se maior uniformidade no desvio padrão do IDHM, movendo-se de 0,051 para 0,040 e na média saindo de baixo para médio desenvolvimento humano municipal. Assim como os domicílios com água encanada, deslocando o desvio padrão de 9,77 para 5,34, aumentando o número de domicílios com sistema adequado de abastecimento do líquido essencial para a sobrevivência humana, na

média saindo de 83,73 para 93,95. Por conseguinte, é possível analisar por meio do desvio padrão uma menor dispersão em torno da média amostral, isto é, uma maior homogeneidade entre os municípios.

Para discutir as variáveis econômicas, far-se-á utilização da Tabela 3, visualizando-se que na média, o PIB *per capita* municipal do estado de Mato Grosso do Sul apresentou crescimento ao comparar o ano de 2000 com 2010, elevando-se de R\$ 6.126,11 para R\$ 16.160,95. Assim como o PIB municipal a preços constantes, que ampliou-se de R\$ 197.758,89 para R\$ 339.000,84. O PIB municipal-agropecuário-valor condicionado preços básicos – R\$ de 2000 (mil), sofreu ajuste de R\$ 40.240,28 para R\$ 40.391,54. O PIB municipal-indústria-valor adicionado-preços básicos-R\$ de 2000 (mil) cresceu de R\$ 34.101,75 para R\$ 66.967,97 e, por fim o PIB serviços-valor adicionado-preços básicos-R\$ de 2000 (mil) expandiu-se de R\$ 110.240,82 para R\$ 186.450,98.

Para todas as variáveis econômicas exemplificadas do estado de Mato Grosso do Sul, constatou-se uma ampliação da dispersão entre os municípios no período de 2000 e 2010, exibindo o nível de disparidade na produção de bens e serviços, assim como uma diminuição na média do número de empregos, saindo de 5.355,93 no ano de 2000 para 4.789,96 para 2010, porém por meio do desvio padrão, constata-se um melhor ajustamento em torno da média, deslocando-se de 20.613,74 para 19.679,06, podendo ser considerada Campo Grande a cidade que mais empregou no ano de 2000 e 2010, ao contrário de Aral Moreira (2000) e Paranaíba (2010).

Tabela 3- Características econômicas dos municípios de Mato Grosso do Sul com mais de 10.000 habitantes

VARIÁVEIS	2000	2010
PIB Municipal a preços constantes (R\$) – ano 2000 (mil)		
- Média	197.758,89	339.000,84
- Desvio padrão	515.593,50	869.426,45
- Mínimo (Paranhos 2000 e 2010)	21.184,18	36.249,72
- Máximo (Campo Grande 2000 e 2010)	3.737.673,34	6.191.032,73
Participação (%) no PIB estadual	94,33 %	94,28 %
PIB Municipal - agropecuária - valor adicionado - preços básicos - R\$ de 2000(mil)		
- Média	40.240,28	40.391,54
- Desvio padrão	28.788,22	29.796,89
- Mínimo (Ladário 2000 e 2010)	1.945,56	1.704,07
- Máximo (Ribas do Rio Pardo - 2000 e Rio Brilhante - 2010)	119.282,72	133.660,13
Participação (%) no PIB agropecuário estadual	84,27 %	83,65 %
PIB Municipal - indústria - valor adicionado - preços básicos - R\$ de 2000(mil)		
- Média	34.101,75	66.967,97
- Desvio padrão	94.292,54	168.733,20
- Mínimo (Selvíria – 2000 e Paranhos – 2010)	1.618,50	3.598,10
- Máximo (Campo Grande 2000 e 2010)	675.035,86	1.092.863,40
Participação (%) no PIB industrial estadual	97,22 %	96,75 %
PIB serviços - valor adicionado - preços básicos - R\$ de 2000(mil)		
- Média	110.240,82	186.450,98
- Desvio padrão	342786,16	560.297,58
- Mínimo (Tacuru – 2000 e Dois Irmãos do Buriti – 2010)	11.662,29	23.144,73
- Máximo (Campo Grande 2000 e 2010)	2.489.600,15	4.030.515,14
Participação (%) no PIB serviços estadual	95,87 %	95,61 %
PIB per capita (R\$) – municipal		
- Média	6.126,44	16.160,95
- Desvio padrão	3.274,38	6.553,82
- Mínimo (Ladário – 2000 e Paranhos – 2010)	1.725,00	6.575,57
- Máximo (Chapadão do Sul 2000 e 2010)	20.111,00	34.715,60
Número de empregos		
- Média	5.355,93	4.789,96
- Desvio padrão	20.613,74	19.679,06
- Mínimo (Aral Moreira – 2000 e Paranaíba– 2010)	322,00	133,00
- Máximo (Campo Grande 2000 e 2010)	152.114,00	145.338,00
Participação (%) no emprego estadual	96,53%	95,02%

Fonte: Resultados da pesquisa

Com relação ao setor público, constata-se que em 2000 as arrecadações municipais correspondiam a 90,06% da participação da receita orçamentária estadual, expandindo-se em 2010 para 92,35%. Da mesma forma, os dispêndios municipais em 2000 relacionavam 90,19% da participação na despesa orçamentária estadual; já em 2010 passou a representar 91,81%, conforme a Tabela 4.

Tabela 4- Características do setor público dos municípios de Mato Grosso do Sul com mais de 10.000 habitantes

VARIÁVEIS	2000	2010
Receita Orçamentária Municipal (R\$)		
- Média	17.006.318,79	85.848.447,61
- Desvio padrão	43.023.511,12	230.414.098,38
- Mínimo (Ladário – 2000 e Deodápolis – 2010)	3.431.387,85	15.126.018,47
- Máximo (Campo Grande 2000 e 2010)	316.882.161,94	1.652.451.691,35
Participação (%) na receita orçamentária estadual	90,06 %	92,35 %
Receita Orçamentária Municipal – per capita (R\$)		
- Média	515,30	1.898,01
- Desvio padrão	160,05	390,24
- Mínimo (Ladário – 2000 e Deodápolis – 2010)	224,08	1.246,07
- Máximo (Brasilândia - 2000 e Água Clara – 2010)	1.133,16	2.943,46
Despesa Orçamentária Municipal (R\$)		
- Média	16.140.548,10	60.090.228,75
- Desvio padrão	40.747.939,01	146.109.278,76
- Mínimo (Tacuru – 2000 e Eldorado – 2010)	3.228.880,29	9.311.011,89
- Máximo (Campo Grande 2000 e 2010)	299.159.452,08	1.032.268.438,49
Participação (%) na despesa orçamentária estadual	90,19 %	91,81 %
Despesa Orçamentária Municipal – per capita (R\$)		
- Média	486,64	1.413,44
- Desvio padrão	159,92	304,78
- Mínimo (Corumbá – 2000 e Eldorado – 2010)	238,08	796,22
- Máximo (Brasilândia 2000 e 2010)	1.044,98	2.326,41

Fonte: Resultados da pesquisa

Ademais, Campo Grande (capital do estado) foi a cidade que apresentou maior receita e despesa orçamentária nos dois períodos pesquisados. A menor receita durante o ano de 2000 pertence ao município de Ladário, já 2010 atribui-se a Deodápolis e a menor despesa orçamentária municipal advém de Tacuru (2000) e Eldorado (2010).

Além disso, é possível observar um crescimento na arrecadação de 404,80%, assim como uma elevação na despesa orçamentária municipal de 272,29%. Após mensuração receita e despesa, analisa-se um superávit de 2.875,18%, ressaltando que o período pesquisado é referente ao ano de 2000 e 2010.

4.2 Indicadores sociais do estado de Mato Grosso em 2000 e 2010

O número de municípios de MT com mais de dez mil habitantes diminuiu em relação a população total, o qual pode ser visualizado por meio da Tabela 5. Em 2000, a participação era de 89,88% e 2010 89,64%, contudo observa-se um aumento no número de habitantes de 21,19%, destaca-se que a pesquisa está considerando municípios com população igual ou superior a dez mil habitantes, seja para o ano 2000 ou 2010. Por meio do desvio padrão

constata-se maior desconcentração populacional, sendo que Cuiabá detém maior população para os anos pesquisados, ao contrário de Juruena (2000) e Tabaporã (2010).

Tabela 5- Características sociais dos municípios de Mato Grosso com mais de 10.000 habitantes

VARIÁVEIS	2000	2010
População residente – total (habitante)	2.504.353	3.035.122
- Média	30.417,42	36.274,40
- Desvio padrão	61.689,97	71.159,88
- Mínimo (Juruena – 2000 e Tabaporã – 2010)	5.448,00	9.932,00
- Máximo (Cuiabá 2000 e 2010)	483.346,00	551.098,00
Participação (%) na população total do estado	89,88 %	89,64 %
Taxa de homicídios (100.000 habitantes)		
- Média	36,24	28,58
- Desvio padrão	24,98	15,82
- Mínimo (São José do Rio Claro – 2000 e Vila Rica – 2010)	7,85	4,98
- Máximo (Feliz Natal - 2000 e Tapurah - 2010)	147,73	69,48
Anos de estudo - % de 25 anos ou mais com médio completo		
- Média	13,46	25,37
- Desvio padrão	5,93	7,33
- Mínimo (Colniza–2000 e Nova Bandeirantes–2010)	1,88	11,28
- Máximo (Cuiabá 2000 e 2010)	38,39	51,37
Domicílios com água encanada (% população)		
- Média	68,66	93,39
- Desvio padrão	19,79	5,85
- Mínimo (Colniza – 2000 e Nossa Senhora do Livramento – 2010)	13,47	69,51
- Máximo (Nova Mutum – 2000 e Lucas do Rio Verde – 2010)	95,16	99,55
Domicílios - com instalação adequada de esgoto - pessoas - (%)		
- Média	7.862,88	10.926,24
- Desvio padrão	16.207,31	21.424,54
- Mínimo (Juruena – 2000 e Tapurah – 2010)	1.369,00	2.607,00
- Máximo (Cuiabá 2000 e 2010)	127.133,00	165.685,00
Esperança de vida ao nascer – Ano		
- Média	69,67	74,27
- Desvio padrão	1,75	0,97
- Mínimo (Alto Paraguai – 2000 e Peixoto de Azevedo – 2010)	66,29	70,65
- Máximo (Sapezal – 2000 e São Félix do Araguaia – 2010)	73,41	76,00
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHm)		
- Média	0,557	0,694
- Desvio padrão	0,058	0,040
- Mínimo (Colniza – 2000 e Campinápolis 2010)	0,404	0,538
- Máximo (Cuiabá 2000 e 2010)	0,692	0,785

Fonte: Resultados da pesquisa

De forma favorável, avalia-se que a taxa de homicídios para 100.000 habitantes não acompanhou o crescimento populacional, regredindo na média de 36,24 para 28,58. Por meio do desvio padrão é possível visualizar uma menor dispersão em torno da média, deslocando-se de 24,98 para 15,82, considerando-se Feliz Natal (2000) e Tapurah (2010) os municípios com maiores incidências de homicídios, contraposto a cidade de São José do Rio Claro (2000) e Vila Rica (2010).

Também favorável, percebe-se que, na média, o percentual de domicílios com água encanada aumentou de 68,66 para 93,39, assim como a ampliação da uniformidade entre os municípios que passou de 19,79 para 5,85, sendo considerado Nova Mutum (2000) e Lucas do Rio Verde (2010) as cidades com os melhores sistemas de abastecimento de água encanada; já Colniza (2000) e Nossa Senhora do Livramento (2010) compreendem os piores. Da mesma forma, a esperança de vida ao nascer na média prolongou-se de 69,67 para 74,27 e, ainda de acordo com o desvio padrão o mesmo ocorre de forma equitativa, ou seja, há uma maior concentração em torno da média, saindo de 1,75 para 0,97 podendo ser consideradas as cidades em que mais se vive Sapezal (2000) e São Félix do Araguaia (2010) e a que menos perpetua-se Alto Paraguai (2000) e Peixoto de Azevedo (2010).

Constata-se que o IDHM ocorre de forma homogênea entre os municípios, alterando-se o desvio padrão de 0,058 para 0,040 e na média saindo de baixo para médio desenvolvimento. O índice de Cuiabá aponta variação de médio para alto desenvolvimento humano municipal durante os anos pesquisados, entretanto Colniza (2000) e Campinápolis (2010) interpreta respectivamente muito baixo e baixo desenvolvimento.

Todavia, para a variável anos de estudos para pessoas com vinte e cinco anos ou mais com ensino médio completo, nota-se que na média aumentou de 13,46 para 25,37. Contudo, verifica-se um crescimento heterogêneo, pois o desvio padrão altera-se de 5,93 para 7,33, sendo Cuiabá o município que possui maior número de habitantes com vinte e cinco anos ou mais com ensino médio completo, já o oposto ocorre para Colniza (2000) e Nova Bandeirantes (2010).

Semelhantemente, o mesmo ocorre para o percentual de domicílios com instalações adequadas de esgoto, em que na média desenvolveu-se de 7.862,88 para 10.926,24. Porém, o desvio padrão aponta maior dispersão em torno da média, progredindo de 16.207,31 para 21.424,54, podendo Cuiabá ser considerada a cidade com maior rede de esgoto, contudo o mesmo não aplica-se para Juruena (2000) e Tapurah (2010).

Para análise econômica, a Tabela 6 ilustra que a participação do PIB municipal, PIB agropecuário, PIB indústria, PIB de serviços e números de emprego caíram respectivamente 1,33%, 4,16%, 0,96%, 1,36% e 0,52%. Embora, tenha ocorrido queda participativa ao comparar o ano de 2000 com 2010, na média ocorreu aumento do PIB (municipal, agropecuário, industrial e de serviços), exceto o número de empregos que manteve-se em queda.

Tabela 6- Características econômicas dos municípios de Mato Grosso com mais de 10.000 habitantes em 2000 e 2010.

VARIÁVEIS	2000	2010
PIB Municipal a preços constantes (R\$) – ano 2000 (mil)		
- Média	182.628,98	317.508,95
- Desvio padrão	427.399,90	643.881,28
- Mínimo (Porto Alegre do Norte – 2000 e Alto Paraguai – 2010)	17.590,47	29.339,74
- Máximo (Cuiabá 2000 e 2010)	3.489.311,81	4.931.226,16
Participação (%) no PIB estadual	90,88 %	89,55 %
PIB Municipal - agropecuária - valor adicionado - preços básicos - R\$ de 2000(mil)		
- Média	39.536,02	52.714,16
- Desvio padrão	49.586,62	41.212,71
- Mínimo (Feliz Natal – 2000 e Sapezal – 2010)	3.330,92	6.171,46
- Máximo (Sinop – 2000 e Campo Verde – 2010)	267.426,82	208.067,70
Participação (%) no PIB agropecuário estadual	79,71 %	75,55 %
PIB Municipal - indústria - valor adicionado - preços básicos - R\$ de 2000(mil)		
- Média	28.925,78	61.940,04
- Desvio padrão	92.297,83	147.203,45
- Mínimo (Nova Bandeirantes – 2000 e Alto Paraguai – 2010)	1.300,66	3.138,10
- Máximo (Cuiabá 2000 e 2010)	764.656,97	901.942,79
Participação (%) no PIB industrial estadual	96,29 %	95,33 %
PIB serviços - valor adicionado - preços básicos - R\$ de 2000(mil)		
- Média	91692,11	166.638,03
- Desvio padrão	258261,14	409.251,04
- Mínimo (Nova Bandeirantes – 2000 e Alto Paraguai – 2010)	8.783,19	17.072,15
- Máximo (Cuiabá 2000 e 2010)	2.114.450,93	3.254.992,03
Participação (%) no PIB serviços estadual	93,57 %	92,21 %
PIB per capita (R\$) – municipal		
- Média	5.399,50	19.314,22
- Desvio padrão	3.993,11	12.545,99
- Mínimo (Rosário Oeste – 2000 e Alto Paraguai – 2010)	2.280,50	6.607,87
- Máximo (Sapezal – 2000 e Alto Araguaia – 2010)	26.979,00	74.247,43
Número de empregos		
- Média	3.120,70	2.513,88
- Desvio padrão	13.896,86	10.447,25
- Mínimo (São José dos Quatro Marcos – 2000 e Nova Canaã do Norte – 2010)	35,00	12,00
- Máximo (Cuiabá 2000 e 2010)	119.749,00	91.020,00
Participação (%) no emprego estadual	73,18%	72,66%

Fonte: Resultados da pesquisa

Na média, o PIB municipal apresentou variação positiva de 73,85%, já o desvio padrão aponta maior dispersão em torno da média, sendo que Cuiabá representa o maior PIB

municipal para os anos pesquisados, e Porto Alegre do Norte (2000) e Alto Paraguai (2010) representam os menores.

Igualmente, o PIB industrial e PIB de serviços apresentam dispersões em torno da média amostral, evidenciando-se as discrepâncias na produção de bens e serviços, quando efetuado comparação entre municípios, sendo que o primeiro expõe uma variação no crescimento de 114,13% e o segundo 81,73%.

Ao contrário, o PIB agropecuário apresenta maior concentração em torno da média, ou seja, os municípios estão crescendo de forma mais igualitária, no qual a variação de 2000 para 2010 foi de 33,33%. Porém, o número de empregos obteve um decréscimo de 19,44% e ao analisar o desvio padrão, evidência-se que houve uma concentração em torno da média amostral, ou seja, a distribuição de emprego dar-se-á de maneira mais homogênea.

Em resumo, verifica-se que o PIB industrial foi o que apresentou maior crescimento, o predomínio da produção ocorreu na capital do estado e o menor rendimento pertence a Nova Bandeirantes (2000) e Alto Paraguai (2010).

Para verificação do setor público, será necessário a utilização da Tabela 7, na qual verifica-se queda na arrecadação e despesa orçamentária municipal, sendo em ordem 2,92% e 2,06%.

Tabela 7- Características do setor público dos municípios de Mato Grosso com mais de 10.000 habitantes

VARIÁVEIS	2000	2010
Receita Orçamentária Municipal (R\$)		
- Média	16.622.064,25	58.158.085,67
- Desvio padrão	42841142,57	109.184.545,90
- Mínimo (Nova Bandeirantes – 2000 e Alto Paraguai – 2010)	3.289.710,97	9.406.569,17
- Máximo (Cuiabá 2000 e 2010)	354.592.046,89	852.560.539,44
Participação (%) na receita orçamentária estadual	88,41 %	85,49 %
Receita Orçamentária Municipal – per capita (R\$)		
- Média	551,98	1.679,79
- Desvio padrão	211,09	406,99
- Mínimo (Pontes e Lacerda – 2000 e Alto Paraguai – 2010)	256,54	934,49
- Máximo (Sapezal – 2000 e Alto Araguaia – 2010)	1.485,92	3.021,28
Despesa Orçamentária Municipal (R\$)		
- Média	14.881.283,21	40.465.504,36
- Desvio padrão	34.465.251,35	68.471.227,92
- Mínimo (Nova Bandeirantes – 2000 e Alto Paraguai – 2010)	2.905.324,18	7.424.669,69
- Máximo (Cuiabá 2000 e 2010)	281.392.921,54	515.167.011,30
Participação (%) na despesa orçamentária estadual	87,49 %	85,43 %
Despesa Orçamentária Municipal – per capita (R\$)		
- Média	515,96	1.199,36
- Desvio padrão	199,39	300,33
- Mínimo (Pontes e Lacerda 2000 e 2010)	260,85	631,93
- Máximo (Sapezal 2000 e 2010)	1.199,61	1.979,44

Fonte: Resultados da pesquisa

Denota-se que a maior arrecadação municipal percente a cidade de Cuiabá, assim como a maior despesa. Por outro lado, o menor dispêndio e arrecadação advém de Nova Bandeirantes (2000) e Alto Paraguai (2010).

Por fim, é possível verificar crescimento na arrecadação de 250%, assim como uma expansão na despesa orçamentária municipal em 171,92%. Após estimar receita e despesa para os anos de 2000 e 2010, analisa-se um superávit de 916,36%.

4.3 Indicadores sociais do estado de Goiás em 2000 e 2010

É possível verificar por meio da Tabela 8, que os municípios de Goiás com mais de dez mil habitantes cresceram em relação a população total, pois em 2000 a participação era de 86,90% e 2010 88,23%, evidenciando um aumento no número de habitantes de 20%, salienta-se que a pesquisa está considerando municípios com população igual ou superior a dez mil habitantes, seja para o ano 2000 ou 2010. Por meio do desvio padrão observa-se maior desconcentração populacional, sendo que Goiânia detém maior população para os anos pesquisados, ao contrário de São João D' Aliança (2000) e Itapirapuã (2010).

Ademais, o percentual de anos de estudos para indivíduos com vinte e cinco anos ou mais com ensino médio completo avançou na média de 14,77 para 27,30. Contudo, com desvio padrão deslocando-se de 5,06 para 6,23 constata-se desconcentração em torno da média, no qual o município com maior percentual de estudo é a cidade de Goiânia, já a menor é Flores de Goiás (2000) e Nova Crixás (2010). E ainda, percebe-se um aumento no número de domicílios com instalação adequada de esgoto, assim como ampliação do desvio padrão, sendo que Goiânia possui as melhores instalações, ao contrário de Flores de Goiás (2000) e São João D' Aliança (2010).

Acrescenta-se que na média, a taxa de homicídios para 100.000 habitantes estendeu-se de 17,02 para 24,43. Da mesma forma, percebe-se que o desvio padrão deslocou-se de 11,79 para 17,40 ampliando a dispersão em torno da média amostral, sendo consideradas as cidades mais violentas Indiara (2000) e Cristalina (2010) e as mais tranquilas Porangatu (2000) e Trindade (2010).

Tabela 8- Características sociais dos municípios de Goiás com mais de 10.000 habitantes

VARIÁVEIS	2000	2010
População residente – total (habitante)	5.003.229	6.003.788
- Média	47.258	57.580,52
- Desvio padrão	120.647,85	146.038,21
- Mínimo (São João D' Aliança - 2000 e Itapirapuã - 2010)	6.736	7.835
- Máximo (Goiânia 2000 e 2010)	1.093.007,00	1.302.001,00
Participação (%) na população total do estado	86,90 %	88,23 %
Taxa de homicídios (100.000 habitantes)		
- Média	17,02	24,43
- Desvio padrão	11,79	17,40
- Mínimo (Porangatu – 2000 e Trindade – 2010)	2,53	1,91
- Máximo (Indiara – 2000 e Cristalina – 2010)	59,24	85,70
Anos de estudo - % de 25 anos ou mais com médio completo		
- Média	14,77	27,30
- Desvio padrão	5,06	6,23
- Mínimo (Flores de Goiás – 2000 e Nova Crixás 2010)	4,56	14,15
- Máximo (Goiânia 2000 e 2010)	38,36	52,32
Domicílios com água encanada (% população)		
- Média	84,39	94,81
- Desvio padrão	11,49	6,32
- Mínimo (Águas Lindas de Goiás – 2000 e Flores de Goiás – 2010)	25,25	56,79
- Máximo (Rialma – 2000 e Goiânia – 2010)	96,30	99,49
Domicílios - com instalação adequada de esgoto - pessoas - (%)		
- Média	13.149,05	17.975,58
- Desvio padrão	34.358,62	46.825,33
- Mínimo (Flores de Goiás – 2000 e São João D' Aliança – 2010)	1447,00	2772,00
- Máximo (Goiânia 2000 e 2010)	313.708,00	422.710,00
Esperança de vida ao nascer – Ano		
- Média	70,88	74,78
- Desvio padrão	1,55	0,96
- Mínimo (Flores de Goiás 2000 e 2010)	66,79	72,96
- Máximo (Jataí – 2000 e Pires do Rio – 2010)	73,94	77,79
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHm)		
- Média	0,572	0,708
- Desvio padrão	0,048	0,033
- Mínimo (São Domingos 2000 e 2010)	0,442	0,597
- Máximo (Goiânia 2000 e 2010)	0,715	0,799

Fonte: Resultados da pesquisa

Não somente, mas, também entende-se que na média o percentual de domicílios com água encanada cresceu de 84,39 para 94,81, assim como a homogeneidade entre os municípios que passou de 11,49 para 6,32, sendo considerado Rialma (2000) e Goiânia (2010) as cidades com os melhores sistemas de abastecimento de água encanada, já o oposto ocorre para Águas Lindas de Goiás (2000) e Flores de Goiás (2010). Da mesma forma, a esperança de vida ao nascer na média estendeu-se de 70,88 para 74,78 e, ainda de acordo com o desvio padrão o mesmo ocorre de forma mais igualitária, ou seja, há uma maior concentração em torno da média, saindo de 1,55 para 0,96.

Além disso, observa-se que o IDHM ocorre de forma homogênea entre os municípios, deslocando-se o desvio padrão de 0,048 para 0,033 e na média saindo de baixo para alto desenvolvimento. O indicador de Goiânia aponta variação de alto desenvolvimento humano municipal durante os anos pesquisados; entretanto São Domingos migrou de muito baixo para baixo desenvolvimento.

Com intuito de analisar as características econômicas dos municípios de Goiás, será utilizada a Tabela 9, no qual pode averiguar-se queda na participação do PIB municipal, PIB agropecuário, PIB industrial, e número de empregos, respectivamente 0,63%, 4,84%, 1,90% e 1,92%, exceto PIB de serviços que cresceu 0,39%.

Tabela 9- Características econômicas dos municípios de Goiás com mais de 10.000 habitantes

VARIÁVEIS	2000	2010
PIB Municipal a preços constantes (R\$) – ano 2000 (mil)		
- Média	254.457,18	419.062,68
- Desvio padrão	850.264,10	1.253.253,88
- Mínimo (Flores de Goiás - 2000 e Goianápolis - 2010)	16.381,99	30.150,51
- Máximo (Goiânia 2000 e 2010)	7.934.264,55	10.907.668,27
Participação (%) no PIB estadual	89,18 %	88,55 %
PIB Municipal - agropecuária - valor adicionado - preços básicos - R\$ de 2000(mil)		
- Média	23.907,55	37.150,23
- Desvio padrão	35.126,97	50.854,34
- Mínimo (Valparaíso 2000 e 2010)	36,52	67,09
- Máximo (Rio Verde – 2000 e Cristalina – 2010)	221.117,30	278.487,06
Participação (%) no PIB agropecuário estadual	67,94 %	63,10 %
PIB Municipal - indústria - valor adicionado -preços básicos - R\$ de 2000(mil)		
- Média	54.972,25	97.493,80
- Desvio padrão	156.678,31	253.771,23
- Mínimo (Flores de Goiás 2000 e Santa Terezinha de Goiás – 2010)	1.256,44	3.246,76
- Máximo (Goiânia 2000 e 2010)	1.333.968,84	1.636.157,31
Participação (%) no PIB industrial estadual	91,10 %	89,20 %
PIB serviços - valor adicionado - preços básicos - R\$ de 2000(mil)		
- Média	144.285,41	224.632,15
- Desvio padrão	558.647,12	812.665,58
- Mínimo (Flores de Goiás 2000 e 2010)	8.414,02	17.921,85
- Máximo (Goiânia 2000 e 2010)	5.267.518,61	7.508.235,71
Participação (%) no PIB serviços estadual	91,72 %	92,11 %
PIB per capita (R\$) – municipal		
- Média	3.965,53	14.410,57
- Desvio padrão	2.024,20	10.367,77
- Mínimo (Águas Lindas de Goiás 2000 e 2010)	1.402,00	4.242,15
- Máximo (Montividiu – 2000 e São Simão – 2010)	11.843,00	80.892,14
Número de empregos		
- Média	6.714,36	7.425,89
- Desvio padrão	34.176,45	29.451,94
- Mínimo (Flores de Goiás - 2000 e Petrolina de Goiás - 2010)	235,00	267,00
- Máximo (Goiânia 2000 e 2010)	325.547,00	274.618,00
Participação (%) no emprego estadual	93,04%	91,12%

Fonte: Resultados da pesquisa

O PIB municipal apresentou variação positiva de 64,70% de 2000 para 2010, em que analisa-se maior dispersão em torno da média, sendo o maior PIB municipal pertencente a Goiânia e os menores a Flores de Goiás (2000) e Goianápolis (2010).

Paralelamente, o PIB agropecuário também foi positivo em 55,40%, o PIB industrial apresentou variação de 77,35%, assim como o PIB de serviços que expandiu 55,70% no período em análise. Em comum, destaca-se o desvio padrão, o qual evidencia desconcentração em torno da média, demonstrando a disparidade na produção de bens e serviços entre os municípios.

Por outro lado, a variável número de empregos elevou-se em 10,60%, contudo o desvio padrão deslocou-se de 34.176,45 para 29.451,94, mantendo-se a distribuição de empregos entre os municípios de forma mais equitativa. A cidade que mais empregou é Goiânia, já a menor distribuição de ocupação ocorre em Flores de Goiás (2000) e Petrolina de Goiás (2010).

Ao equalizar a evolução do PIB, observa-se que o setor industrial foi o responsável pelo melhor desempenho, o qual exibiu variação de 77,35%. O pólo industrial localiza-se na cidade de Goiânia, contraposto a Flores de Goiás (2000) e Santa Terezinha de Goiás (2010).

Para analisar as características do setor público, será utilizado a Tabela 10.

Tabela 10- Características do setor público dos municípios de Goiás com mais de 10.000 habitantes

VARIÁVEIS	2000	2010
Receita Orçamentária Municipal (R\$)		
- Média	19.635.317,53	89.402.650,76
- Desvio padrão	69.158.934,68	259.652.909,05
- Mínimo (São João D' Aliança – 2000 e Corumbá de Goiás – 2010)	2.163.391,47	11.377.445,78
- Máximo (Goiânia 2000 e 2010)	657.134.629,00	2.325.989.399,42
Participação (%) na receita orçamentária estadual	81,02 %	83,21%
Receita Orçamentária Municipal – per capita (R\$)		
- Média	394,84	1.477,33
- Desvio padrão	139,11	403,75
- Mínimo (Águas Lindas de Goiás – 2000 e Novo Gama – 2010)	149,71	724,38
- Máximo (Montividiu – 2000 e São Simão – 2010)	1.026,27	2.589,43
Despesa Orçamentária Municipal (R\$)		
- Média	18.748.502,34	56.715.729,72
- Desvio padrão	66.955.293,25	151.225.259,46
- Mínimo (Flores de Goiás – 2000 e Piranhas – 2010)	2.001.256,21	6.951.520,71
- Máximo (Goiânia 2000 e 2010)	636.586.642,00	1.346.275.346,91
Participação (%) na despesa orçamentária estadual	80,57 %	82,21 %
Despesa Orçamentária Municipal – per capita (R\$)		
- Média	373,18	999,67
- Desvio padrão	133,29	259,82
- Mínimo (Águas Lindas de Goiás – 2000 e Novo Gama – 2010)	113,39	450,43
- Máximo (Montividiu – 2000 e São Simão – 2010)	968,77	1.794,15

Fonte: Resultados da pesquisa

Visualizando-se que em 2000 as arrecadações satisfaziam 81,02% da participação da receita estadual, ficando para 83,21% em 2010. Da mesma forma, houve crescimento da despesa orçamentária municipal de 80,57% para 82,21%.

Salienta-se que o maior dispêndio e arrecadação pertence ao município de Goiânia (capital do estado), assim como a menor despesa pertence a cidade de São João D Aliança (2000) e Corumbá de Goiás (2010) e a menor arrecadação ocorre em Flores de Goiás (2000) e Piranhas (2010).

Enfim, equalizando receita e despesa orçamentária municipal, obtém-se uma variação positiva da receita de 355,31%, assim como crescimento da despesa em 202,51%. Mediante o exposto, é possível verificar um superávit de 3.585,87% de 2000 para 2010.

4.4 Análise geral de dados socioeconômicos dos municípios da Região Centro-Oeste

A análise comparativa de dados será efetuada por aproximação, pois de 1980 e 2000 para 2000 e 2010, alterou-se a amostra de municípios pesquisados, sendo que no primeiro estudo de Gomes (2013) o estado de MS detinha 42 municípios com 10.000 habitantes; já para o segundo período a amostra era de 54, da mesma maneira MT de 36 para 75 e GO 76 para 92.

Através da Tabela 11, é possível avaliar as médias sociais para os estados da Região Centro-Oeste, em que a população residente total com mais de 10.000 habitantes mostra-se crescente, apresentando uma variação positiva no decorrer de 1980 para 2010 de 43,01 (MS), 36,70% (MT) e 67,50% (GO); com isso é possível avaliar que o estado de Goiás vêm apresentando maior crescimento populacional.

Tabela 11 - Médias sociais dos municípios dos estados de MS, MT e GO com mais de 10.000 habitantes

Variáveis	MS	MT	GO
População residente total (habitantes)			
Média – 1980	29.801,17	26.539,42	34.375,57
Média – 2000	35.985,02	30.417,42	47.258,00
Média – 2010	42.619,33	36.274,40	57.580,52
Taxa de homicídios (100.000 habitantes)			
Média – 1980	18,63	31,62	12,82
Média – 2000	27,54	36,24	17,02
Média – 2010	30,12	28,58	24,43
Anos de estudo - % de 25 anos ou mais com médio completo			
Média – 1980	2,48	2,24	2,35
Média – 2000	14,89	13,46	14,77
Média – 2010	25,79	25,37	27,30
Domicílios com água encanada (% população)			
Média – 1980	36,10	31,78	43,57
Média – 2000	83,73	68,66	84,39
Média – 2010	93,95	93,39	94,81
Domicílios - com instalação adequada de esgoto - pessoas - (%)			
Média – 1980	3,38	6,02	11,63
Média – 2000	9.715,67	7.862,88	13.149,05
Média – 2010	13.157,69	10.929,24	17.975,58

Fonte: Resultados da pesquisa

A taxa de homicídios para 100.000 habitantes mostraram-se crescente para os estados de MS e GO, já MT apresenta-se decrescente, sendo respectivamente 61,67%, 90,56% e - 9,61%. O desenvolvimento da violência é motivado por diversos fatores, tais como criminalidade associada ao tráfico de drogas, grupos de extermínio, desigualdades econômicas e sociais, acarretando diminuição da população, o qual impactará no mercado de trabalho, queda da produtividade e estendendo-se para tragédias familiares. A variável anos de estudos apresenta satisfatória expansão no período em análise, 940% (MS), 1.032,60% (MT) e 1.061,70% (GO). Dessa forma, avalia-se que o estado de Goiás apresenta maior índice de homicídios, assim como considerável avanço para escolaridade. Contudo, nota-se que a taxa de homicídios para o estado de Mato Grosso regrediu e a escolaridade expandiu-se, demonstrando que a educação pode ser uma ferramenta para combater a violência.

Acrescenta-se significativo progresso de domicílios com instalações adequadas de esgoto e abastecimento de água, os quais impactam positivamente o bem estar da sociedade e a saúde pública do país, reduzindo internações hospitalares provocadas por ingestão e/ou

contato da pele com água contaminada, assim como exposição inadequado ao esgotamento sanitário.

Já no que se refere as médias econômicas, em um contexto geral, a evolução do PIB para os três estados pesquisados são positivas, conforme exposto na Tabela 12.

Tabela 12 - Médias econômicas dos municípios dos estados de MS, MT e GO com mais de 10.000 habitantes

Variáveis	MS	MT	GO
PIB municipal - mil			
Média – 1980	184.053,28	113.737,44	149.982,76
Média – 2000	197.758,89	182.628,98	254.457,18
Média – 2010	339.000,84	317.508,95	419.062,68
PIB municipal - agropecuária - valor adicionado - preços básicos (R\$ de 2000)			
Média – 1980	75.616,41	26.419,28	32909,37
Média – 2000	40.240,28	39.536,02	23.907,55
Média – 2010	40.391,54	52.714,16	37.150,23
PIB municipal - indústria - valor adicionado - preços básicos			
Média – 1980	30.445,02	23.403,49	39.073,68
Média – 2000	34.101,75	28.925,78	54.972,25
Média – 2010	66.967,97	61.940,04	97.493,80
PIB municipal - serviços - valor adicionado - preços básicos (R\$ de 2000)			
Média – 1980	77.991,85	63.914,67	77.999,71
Média – 2000	110.240,82	91.692,11	144.285,41
Média – 2010	186.450,98	166.638,03	224.632,15

Fonte: Resultados da pesquisa

O estado de Mato Grosso do Sul apresentou melhor desempenho no setor de serviços, constatando-se variação positiva de 139,06%, indústria 119,96% e agropecuária em declínio de 46,60%. Já Mato Grosso demonstrou melhor performance no ramo industrial, com crescimento de 164,66%, agropecuária 99,53% e serviços 160,72%. Ainda, o PIB de serviços foi o que mais expandiu-se no estado de Goiás, 188,00%, acompanhado do PIB industrial (149,51%), assim como PIB agropecuário (12,88%).

4.5 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO

Nesse tópico, procura-se medir a intensidade de conexão entre as variáveis por meio do coeficiente de correlação, o qual indicará associação fortemente negativa (-1) e positiva (1), já os valores próximos de zero indicaram pouca relação entre as variáveis.

Dessa forma será efetuado a correlação da variação do PIB total a preços constantes do ano de 2010 e 2000 para com as demais variáveis do ano 2000, por meio do programa de estatística *Eviews*, em que o sinal do coeficiente indica se a interação é positiva, ou seja, a variação do PIB total aumenta com o aumento da variável a ser correlacionada, ou negativa quando o PIB total decresce com o aumento da variável relacionada.

4.5.1 Análise de correlação de dados dos municípios de Mato Grosso do Sul para amostra de 10.000 habitantes

A correlação positiva do PIB total para com algumas variáveis favorecerá o crescimento econômico do estado, por intermédio da produção de bens e serviços. Dessa forma, conforme a Tabela 14 avalia-se correlação negativa da distância a capital do estado para o crescimento econômico. É intuitivo que quanto maior a distância menor será a interação entre os municípios, provocando dificuldade para acesso aos insumos e encarecimento do custo com transportes.

A taxa de homicídios apresenta fraca correlação positiva, já que a mesma está próxima de zero, pois o aumento do crescimento econômico implica em elevação da criminalidade. Ademais, a medida que o setor industrial, agropecuário e de serviços ampliam sua produção, acabam contribuindo positivamente para o crescimento econômico, dessa forma apresentando correlação positiva para a variação do PIB total a preços constantes de 2000 e 2010.

Da mesma forma, a arrecadação e despesa do governo é utilizado para o bem comum, ou seja, dar andamento a novos empreendimentos públicos, como pontes, estradas, casas populares, usinas hidrelétricas, segurança, reajuste salarial funcionalismo público, entre outros, com isso melhorando a qualidade de vida da população. Podendo ser constatado correlação positiva do PIB total em relação ao acesso a água encanada, instalações adequadas da rede de esgoto, número de empregos, receita e despesa orçamentária municipal.

Ainda, outro critério analisado é o percentual de anos de estudos de pessoas com vinte e cinco anos ou mais com ensino médio completo, o qual irá propiciar qualificação e especialização de mão-de-obra, contribuindo para produtividade do trabalho. Além disso, o IDHM se entrelaça ao crescimento econômico, proporcionando condições adequadas de vida para a população e aumentando a expectativa de vida ao nascer, dessa maneira visualiza-se correlação positiva para essas três variáveis.

Tabela 14 - Matriz de correlação para municípios do estado de Mato Grosso do Sul (2000 e 2010).

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T
A	1.00																			
B	0.23	1.00																		
C	0.65	0.49	1.00																	
D	0.92	0.19	0.52	1.00																
E	0.93	0.23	0.58	0.99	1.00															
F	-0.24	-0.07	-0.11	-0.33	-0.32	1.00														
G	0.95	0.22	0.60	0.98	1.00	-0.31	1.00													
H	0.15	0.46	0.47	0.10	0.11	0.03	0.10	1.00												
I	0.42	0.73	0.86	0.32	0.38	-0.09	0.39	0.67	1.00											
J	0.93	0.21	0.56	0.97	0.99	-0.32	0.99	0.09	0.36	1.00										
K	0.14	-0.14	-0.01	0.19	0.14	-0.06	0.13	0.27	-0.09	0.12	1.00									
L	0.95	0.24	0.62	0.98	0.99	-0.32	0.99	0.14	0.42	0.99	0.15	1.00								
M	0.19	0.33	0.24	0.15	0.10	-0.29	0.09	0.43	0.30	0.06	0.26	0.16	1.00							
N	0.95	0.26	0.60	0.98	0.99	-0.30	0.99	0.12	0.41	0.98	0.13	0.99	0.14	1.00						
O	-0.03	0.37	0.07	-0.01	-0.02	-0.20	-0.06	0.35	0.22	-0.02	0.13	0.02	0.65	0.02	1.00					
P	0.95	0.22	0.60	0.98	1.00	-0.31	1.00	0.11	0.40	0.99	0.14	1.00	0.11	0.99	-0.02	1.00				
Q	0.95	0.21	0.60	0.98	1.00	-0.31	1.00	0.10	0.39	0.99	0.14	1.00	0.09	0.99	-0.06	1.00	1.00			
R	0.94	0.22	0.58	0.99	1.00	-0.32	1.00	0.10	0.38	0.99	0.14	1.00	0.10	0.99	-0.02	1.00	1.00	1.00		
S	0.93	0.19	0.52	1.00	0.99	-0.31	0.98	0.09	0.32	0.98	0.18	0.98	0.14	0.98	-0.02	0.98	0.98	0.99	1.00	
T	0.14	-0.14	-0.01	0.19	0.14	-0.06	0.13	0.27	-0.09	0.12	1.00	0.15	0.26	0.13	0.13	0.14	0.14	0.14	0.18	1.00

Obs: Legenda das variáveis utilizadas:

A = (PIB2010-2000); B = (águacanada2000); C = (anosestudo2000); D = (desp *per capita*2000); E = (despesa 2000); F = (distância); G = (esgoto2000); H = (esperançavida2000); I = (IDHm2000); J = (nº empregos2000); K = (nºhom2000); L = (PIB total 2000); M = (PIB agro 2000); N = (PIBind2000); O = (PIB*per capita*2000); P = (PIBserv2000); Q = (Pop2000); R = (receita2000); S = (receita*per capita*2000); T = (taxahomicídio2000).

Fonte: Resultados da pesquisa.

Enfim, avalia-se que as principais variáveis que demonstraram associação positiva em ordem decrescente foram população; PIB municipal; PIB serviços; sistema adequado de esgotamento sanitário; PIB indústria. Entretanto, as que apresentam fraca e negativa correlação foram distância até a capital; PIB *per capita*; número de homicídios (o qual na teoria faz sentido); esperança de vida ao nascer e PIB agropecuário.

4.5.2 Análise de correlação de dados dos municípios de Mato Grosso para amostra de 10.000 habitantes

Em Mato Grosso, analisando a Tabela 15, observa-se correlação positiva na despesa orçamentária, visto que os gastos públicos dependem da distribuição funcional da despesa, ou seja, precisa-se atender as necessidades de investimento e não apenas suprir o consumo, para que dessa forma possa proporcionar o progresso econômico estadual.

Igualmente, a receita apresenta-se positiva, ou seja, os recursos arrecadados via tributação junto a população é estatisticamente significativa para o crescimento econômico do estado, pois com isso é possível financiar-se bens públicos a população como saúde, segurança pública, assim como outros fornecidos pelo governo de forma gratuita à sociedade em troca do recebimento de impostos. Aliás, quanto maior o município e/ou estado, maior será a necessidade de arrecadar recursos junto a sociedade, para manter a estrutura estatal através de boa gestão administrativa, de forma a alocar de maneira eficiente os recursos.

Ademais, analisa-se que a eficiência na arrecadação favorecerá o investimento, que por sua vez beneficiará a qualidade de vida da população, impactando de forma positiva no IDHM. Dessa forma, é possível visualizar correlação positiva para o número de empregos, acesso a água encanada, anos de estudos para indivíduos com 25 anos ou mais com ensino médio completo, sistema adequada de esgoto e esperança de vida ao nascer.

Além disso, considera-se que a produção de bens e serviços contribuiu para o crescimento econômico, já que o PIB agropecuário, PIB industrial e PIB de serviços apresentam correlação positiva, sendo o setor de serviços mais expressivo.

Acrescenta-se que a taxa de homicídios manifesta fraca correlação positiva, já que o mesmo encontra-se próximo de zero. Entende-se que a elevação da criminalidade tende a coagir a população, impactando na tomada de decisão do indivíduo na permanência ou mudança de município, por conseguinte não favorecerá o crescimento econômico estadual.

Tabela 15 - Matriz de correlação para municípios do estado de Mato Grosso (2000 e 2010)

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T
A	1.00																			
B	0.33	1.00																		
C	0.63	0.63	1.00																	
D	0.13	0.43	0.17	1.00																
E	0.80	0.18	0.59	0.11	1.00															
F	-0.23	-0.20	-0.40	0.02	-0.23	1.00														
G	0.81	0.17	0.62	-0.01	0.98	-0.22	1.00													
H	0.29	0.58	0.41	0.36	0.13	-0.18	0.11	1.00												
I	0.50	0.82	0.87	0.29	0.39	-0.28	0.40	0.57	1.00											
J	0.64	0.12	0.54	0.04	0.96	-0.20	0.94	0.08	0.31	1.00										
K	0.73	0.11	0.53	0.03	0.98	-0.19	0.98	0.08	0.31	0.98	1.00									
L	0.31	0.52	0.43	0.48	0.05	-0.19	0.00	0.62	0.56	-0.06	-0.05	1.00								
M	0.78	0.17	0.60	0.05	0.99	-0.25	0.98	0.11	0.37	0.96	0.98	-0.01	1.00							
N	0.83	0.25	0.67	0.12	0.99	-0.26	0.97	0.22	0.47	0.94	0.96	0.17	0.98	1.00						
O	0.20	0.53	0.35	0.68	0.08	-0.14	0.02	0.59	0.44	0.05	0.02	0.75	0.06	0.19	1.00					
P	0.81	0.20	0.63	0.07	0.99	-0.24	0.99	0.16	0.41	0.96	0.98	0.07	0.99	0.99	0.10	1.00				
Q	0.80	0.16	0.61	-0.01	0.98	-0.22	1.00	0.10	0.39	0.94	0.98	0.00	0.98	0.97	0.01	0.99	1.00			
R	0.78	0.17	0.58	0.09	1.00	-0.22	0.98	0.13	0.37	0.97	0.99	0.03	0.99	0.99	0.08	0.99	0.98	1.00		
S	0.18	0.42	0.21	0.95	0.16	0.03	0.05	0.40	0.33	0.09	0.08	0.52	0.10	0.19	0.75	0.13	0.04	0.15	1.00	
T	0.02	-0.14	-0.15	0.16	0.13	0.21	0.11	-0.13	-0.20	0.14	0.22	-0.14	0.12	0.10	-0.06	0.12	0.11	0.13	0.13	1.00

Obs: Legenda das variáveis utilizadas:

A = (PIB2010-2000); B = (águaencanada2000); C = (anosestudo2000); D = (desp *per capita*2000); E = (despesa 2000); F = (distância); G = (esgosto2000); H = (esperançavida2000); I = (IDHm2000); J = (nº empregos2000); K = (nºhom2000); L = (PIBagro 2000); M = (PIBind 2000); N = (PIBmun2000); O = (PIBpercapita2000); P = (PIBserv2000); Q = (Pop2000); R = (receita2000); S = (receitapercapita2000); T = (taxahomicídio2000).

Fonte: Resultados da pesquisa.

Paralelamente, nota-se correlação negativa para distância até a capital do estado, dado que quanto maior a distância entre os municípios menor será sua interação, fato esse que se deve a dificuldade para acesso aos insumos utilizados na produção, assim como redução de custo quanto ao transporte para escoar a produção.

Finalmente, avalia-se que as principais variáveis que exibiram associação positiva em ordem decrescente foram PIB municipal; sistema adequado de esgotamento sanitário; PIB serviços; população e despesa orçamentária. Contudo, as que apresentam fraca e negativa correlação foram distância até a capital; despesa *per capita*; receita *per capita*; esperança de vida ao nascer e PIB agropecuário.

4.5.3 Análise de correlação de dados dos municípios de Goiás para amostra de 10.000 habitantes

Constata-se por meio da Tabela 16 correlação positiva para a receita, despesa estadual e PIB *per capita*, visto que quanto maior a arrecadação maior será a despesa em investimentos e infraestrutura das cidades, o qual afeta de maneira positiva a qualidade de vida da população, refletindo no IDHM, acesso a água encanada, anos de estudos para indivíduos com 25 anos ou mais com ensino médio completo, esperança de vida ao nascer e número de empregos.

Destaca-se uma correlação negativa da distância geográfica até a capital do estado para o crescimento econômico, já que quanto maior a distância entre os municípios menor será sua interação, com isso é preferível instalar empresas e/ou indústrias próximos a economias de grande porte, facilitando o acesso a insumos utilizados para produção e redução de custo com transporte.

Ressalta-se correlação positiva para a taxa de homicídios, que por sua vez é baixa, pois a tendência de municípios com índices elevados de violência é oprimir o crescimento econômico estadual, aumentando o dispêndio do governo para alocação de recursos no combate a criminalidade, assim como redução do bem-estar da população que buscam em muros altos e cercas eletrificadas segurança, tornando-se réfens do próprio medo.

Igualmente, verifica-se uma correlação positiva para o PIB industrial, PIB serviços e PIB agropecuário. Sendo o setor industrial que mais destacou-se afim de contribuir de maneira eficaz para o crescimento econômico estadual.

Tabela 16 - Matriz de correlação para municípios do estado de Goiás (2000 e 2010)

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T
A	1.00																			
B	0.20	1.00																		
C	0.54	0.47	1.00																	
D	-0.25	-0.42	-0.33	1.00																
E	0.78	0.14	0.56	-0.10	1.00															
F	-0.24	-0.50	-0.24	0.27	-0.19	1.00														
G	0.85	0.13	0.58	-0.14	0.98	-0.24	1.00													
H	0.22	0.39	0.47	-0.42	0.19	-0.16	0.21	1.00												
I	0.38	0.66	0.83	-0.45	0.37	-0.28	0.38	0.69	1.00											
J	0.76	0.14	0.54	-0.09	1.00	-0.20	0.97	0.17	0.36	1.00										
K	0.80	0.10	0.54	-0.11	0.97	-0.23	0.99	0.18	0.33	0.96	1.00									
L	0.14	0.21	0.15	-0.36	0.04	0.10	0.03	0.45	0.27	0.01	0.01	1.00								
M	0.85	0.19	0.58	-0.27	0.92	-0.16	0.93	0.26	0.44	0.92	0.90	0.08	1.00							
N	0.84	0.17	0.58	-0.17	0.99	-0.20	0.98	0.23	0.40	0.99	0.96	0.09	0.96	1.00						
O	0.20	0.30	0.19	-0.62	0.12	0.02	0.07	0.38	0.33	0.10	0.03	0.45	0.26	0.18	1.00					
P	0.81	0.15	0.56	-0.13	1.00	-0.21	0.98	0.19	0.37	0.99	0.97	0.04	0.93	1.00	0.12	1.00				
Q	0.85	0.12	0.57	-0.14	0.97	-0.24	1.00	0.20	0.37	0.97	0.99	0.03	0.93	0.97	0.06	0.98	1.00			
R	0.78	0.13	0.56	-0.11	1.00	-0.19	0.98	0.19	0.37	1.00	0.97	0.04	0.92	0.99	0.12	1.00	0.97	1.00		
S	-0.26	-0.51	-0.37	0.91	-0.11	0.32	-0.15	-0.50	-0.52	-0.10	-0.12	-0.36	-0.28	-0.18	-0.62	-0.14	-0.15	-0.11	1.00	
T	0.17	-0.02	0.02	0.01	0.16	-0.19	0.20	0.02	-0.11	0.14	0.30	0.02	0.14	0.16	-0.16	0.16	0.21	0.16	-0.01	1.00

Obs: Legenda das variáveis utilizadas:

A = (PIB2010-2000); B = (águacanada2000); C = (anosestudo2000); D = (desp *per capita*2000); E = (despesa 2000); F = (distância); G = (esgoto2000); H = (esperançavida2000); I = (IDHm2000); J = (nº empregos2000); K = (nºhom2000); L = (PIBagro 2000); M = (PIBind 2000); N = (PIBmun2000); O = (PIBpercapita2000); P = (PIBserv2000); Q = (Pop2000); R = (receita2000); S = (receitapercapita2000); T = (taxahomicídio2000).

Fonte: Resultados da pesquisa.

Por fim, avalia-se as principais variáveis que exibiram associação positiva em ordem decrescente PIB industrial; população; sistema adequado de esgoto; PIB municipal e PIB serviços. Contudo, as que apresentam fraca e negativa correlação foram receita *per capita*; despesa *per capita*; distância; PIB agropecuário; taxa de homicídio (o qual na teoria faz sentido) e água encanada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto nesse estudo, procurou-se identificar e analisar as variáveis que associam-se positivamente e negativamente ao crescimento econômico estadual da região Centro-Oeste, através de análises estatísticas descritivas e correlações dos fatores sociais, econômicos e contas públicas para municípios que possuem mais de 10.000 habitantes, seja para o ano 2000 ou 2010. Dessa forma, foram coletados dados junto ao IBGE, IPEADATA, RAIS e MTE, posterior organizados para mensurar maior e menor agregação com a variação econômica, afim de determinar o impacto sobre o crescimento econômico.

Logo, foi possível observar que as capitais estaduais da região Centro-Oeste apresentaram as maiores médias para as variáveis número de empregos, PIB municipal a preços constantes, PIB de serviços e PIB industrial, tornando-se centros econômicos, estimulando investimentos e atraindo mão-de-obra.

Por outro lado, averigua-se por meio da correlação os três setores da economia para os estados pesquisados, notando-se correlação positiva para MS, MT e GO, todavia o setor agropecuário mostrou-se menos expressivo para ambos. Em MS observa-se equidade entre o setor de serviços e industrial. O PIB de serviços foi o que apresentou maior relevância para o crescimento econômico mato-grossense, já para GO o mais expressivo foi o PIB industrial.

Paralelamente, as variáveis receita e despesa orçamentária municipal do estado de MS, MT e GO apresentaram correlação positiva. O aumento na arrecadação associa-se positivamente ao investimento em infraestrutura dos municípios, que por sua vez beneficiará a qualidade de vida da população e acarretará em estímulo para a produção de bens e serviços.

Dessa maneira, aceita-se a hipótese de que as variáveis PIB municipal industrial, PIB municipal de serviços, população e sistema adequado de esgotamento sanitário, como sendo as mais importantes para explicar a variação do crescimento em municípios da região Centro-Oeste, assim como compreende-se que os objetivos dessa pesquisa foram atendidos.

Para a elaboração desse estudo, aponta-se como limitação a falta de embasamento literário, ou seja, estudos realizados a cerca do crescimento econômico municipal e estadual da região Centro-Oeste.

Espera-se que o conteúdo apresentado neste trabalho possa estimular debate, bem como facilitar a elaboração de novos estudos nessa área de conhecimento. Afim de prosseguir com exploração de dados, sugere-se ao pesquisador focar seus esforços na análise do conteúdo, podendo utilizar método de regressão linear para analisar a relação entre as variáveis, ou seja, a variável dependente em função de outras variáveis independentes, as quais irão ajudar a compreender o comportamento da variável dependente.

6. REFERÊNCIAS

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. **Crescimento Econômico nas cidades médias brasileiras.** Disponível em: <http://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2191/1162>. Acesso em 08 de Agosto de 2016, as 19:40 h.

ARAUJO, J. A.; MONTEIRO, V. B.; MORAIS, G. S. **Gastos Públicos e Crescimento econômico: Evidências da economia cearense.** Disponível em: http://www2.ipece.ce.gov.br/encontro/2012/GASTOS_PUBLICOS_CRESCIMENTO_ECONOMICO_EVIDENCIAS_ECONOMIA_CEARENSE_3o_lugar.pdf. Acesso em 06 de Março de 2017, as 22:30 h.

ATLAS. **Perguntas frequentes desenvolvimento humano, IDH e IDHM.** Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/perguntas_frequentes/#4. Acesso em 12 de Março de 2017, as 19:02 h.

BOCCHI, J. I. *et al.* **Economia Brasileira**, 4ª edição (2011), editor Saraiva. Capítulo 17: Indicadores de crescimento e desenvolvimento, p. 250.

BUARQUE, S. C.; SOUSA, E. A. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007 – 2020).** Disponível em: http://www.sudeco.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=0bad5e63-814d-4a4f-acdb-52d23b6b8f80&groupId=14019. Acesso em 03 de Setembro de 2016, as 19:16 h.

CORRÊA *et al.* **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Centro-Oeste.** Parte 1: O papel do governo federal como indutor do crescimento econômico da região Centro-Oeste, p. 48. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2881>. Acesso em 28 de Agosto de 2016, as 21:04 h.

COSTA, R. M. G. S.; DASSOW, C.; FIGUEIREDO, A. M. R. **Crescimento econômico municipal em Mato Grosso: uma análise de convergência de renda.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402011000400003. Acesso em 14 de Março de 2017, as 12:01 h.

ERBER, F. S. **O Padrão de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico e o Futuro da Indústria Brasileira.** Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%205/REC_5.Esp_08_O_padrao_de_desenvolvimento_industrial_e_tecnologico_e_o_futuro_da_industria_brasileira.pdf. Acesso em 22 de Agosto de 2016, as 17:36 h.

FMI: **Brasil deve cair de sétima para nona maior economia do mundo até 2016.** Disponível em: <http://veja.abril.com.br/economia/brasil-deve-cair-de-setima-para-nona-maior-economia-do-mundo-ate-2016/>. Acesso em 03 de Setembro de 2016, as 13:47 h.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**, 4ª edição (2002), editora Atlas. Capítulo 4: Como classificar as pesquisas? p. 42

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, 6ª edição (2008), editora Atlas. Capítulo 10: Observações, p. 100.

GOMES, C. A. **Caracterização do crescimento econômico da região Centro-Oeste entre 1980 e 2000.** Trabalho de conclusão de curso, UFGD 2013.

GOMES, G. M; NETO, A. M. **Quatro décadas de crescimento econômico no Centro-Oeste Brasileiro: Recursos Públicos em Ação.** Disponível em: http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0712.pdf. Acesso em 07 de Setembro de 2016, as 20:11 h.

GREMAUD, A. P; TONETO JÚNIOR, R; VASCONCELLOS, M. A. S: **Economia Brasileira Contemporânea**, 7º edição (2014), editora Atlas. Capítulo 3: Desenvolvimento e distribuição de renda, p. 58.

GUJARATI, D. **Econometria básica**, 4º edição (2006), editora Campus/Elsevier. Parte 1: Modelos de regressão com uma só equação, p. 17 e p. 29.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE): **Censo demográfico de 2010, primeiros resultados, população e domicílios recenseados:** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000237.pdf>. Acesso em 03 de Setembro de 2016, as 13:12 h.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE): **Estados @.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/>. Acesso em 26 de Agosto de 2016, as 22:40 h.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE): **Sinopse do censo demográfico 2010.** Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>. Acesso em 07 de Agosto de 2016, as 22:11 h.

KLINK, J; ROLNIK, R. **Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidade continuam tão precárias.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002011000100006&script=sci_arttext. Acesso em 21 de Agosto de 2016, as 17:22 h.

MACHADO, M. F; MORET, E; TAVARES, D. **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Centro-Oeste.** Parte 4: A contribuição da área de operações indiretas ao desenvolvimento da região Centro-Oeste (2004-2013), p. 128. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2881>. Acesso em 28 de Agosto de 2016, as 21:04 h.

MARINHO, E; SOARES, F. **Impacto do crescimento econômico e da concentração de renda sobre a redução da pobreza nos estados brasileiros.** Disponível em: <https://core.ac.uk/download/files/153/6357721.pdf>. Acesso em 08 de Agosto de 2016, as 20:04 h.

MINAYO, M C S; SOUZA, E R. **Violência para todos.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X1993000100007&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em 06 de Março de 2017, as 07:47 h.

MIRAGAYA, J. F. G. **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Centro-Oeste.** Capítulo 14: O desempenho da economia na Região Centro-Oeste, p. 424. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2881>. Acesso em 28 de Agosto de 2016, as 21:04 h.

NOGAMI, O. **Economia**. Capítulo: Crescimento e desenvolvimento econômico, p. 231. Disponível em: <http://www.portalava.com.br/ava/includes/downloads/Economia1.pdf>. Acesso em 03 de Setembro de 2016, as 15:21 h.

OREIRO, J. L. **Progresso tecnológico, crescimento econômico e as diferenças internacionais nas taxas de crescimento da renda per capita. Uma crítica aos modelos neoclássicos de crescimento**. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643129/10679>. Acesso em 08 de Agosto de 2016, as 19:57 h.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONUBR). **Banco Mundial reduz projeção de crescimento global para 2,4% em 2016**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/banco-mundial-reduz-projecao-de-crescimento-global-para-24-em-2016/>. Acesso em 30 de Setembro de 2016, as 22:32 h.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONUBR). **Escassez de água pode limitar crescimento econômico nas próximas décadas, diz ONU**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/escassez-de-agua-pode-limitar-crescimento-economico-nas-proximas-decadas-diz-onu/>. Acesso em 30 de Setembro de 2016, as 22:47 h.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **OCDE prevê queda maior do PIB no Brasil em 2016 e estagnação em 2017**. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/11/ocde-projeta-estagnacao-do-brasil-em-2017.html>. Acesso em 04 de Janeiro de 2017, as 19:32 h.

PEREIRA, J. M. **Educação X Crescimento Econômico: um estudo sobre os investimentos governamentais em educação na região Norte do Brasil no período 1994-2004**. Disponível em: <http://www.eumed.net/libros-gratis/2010c/717/EDUCACAO%20X%20CRESCIMENTO%20ECONOMICO%20RESUMO.htm>. Acesso em 14 de Março de 2017, as 19:21 h.

POCHMANN, M. **Educação e Trabalho: Como desenvolver uma relação virtuosa?**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v25n87/21462.pdf>. Acesso em 21 de Agosto de 2016, as 18:43 h.

PORTAL BRASIL. **Norte, Sul e Centro-Oeste crescem apesar de PIB nacional**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/06/norte-sul-e-centro-oeste-crescem-apesar-de-pib-nacional>. Acesso em 05 de Março de 2017, as 20:41 h.

RÁDIO ONU. **Entrevista: Banco Mundial e desempenho econômico global em 2017**. Disponível em: <http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2017/01/entrevista-banco-mundial-e-desempenho-economico-global-em-2017/#.WLjODG8rLIU>. Acesso em 02 de Março de 2017, as 21:58 h.

ROCHA, F ; GIUBERTI, A. C. **Composição do Gasto Público e Crescimento Econômico: um estudo em painel para os estados brasileiros**. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/files/153/6357221.pdf>. Acesso em 08 de Agosto de 2016, as 20:14 h.

SARTORIS, A. **Estatística e introdução à econometria**, 2ª edição (2008), editora Saraiva. Capítulo 2: Medidas de posição e dispersão, p. 29.

VASCONCELOS, L. **Urbanização-Metrópoles em movimento**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=994:catid=28&Itemid=23. Acesso em 07 de Setembro de 2016, as 23:43.

VIEIRA, C. R; ALBERT, C. E; BAGOLIN, I. P. **Crescimento e desenvolvimento econômico no Brasil: uma análise comparativa entre o PIB *per capita* e os níveis educacionais**. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/face/article/view/2467>. Acesso em 21 de Agosto, as 17:36 h.

VIEIRA, C. R; ALBERT, C. E; BAGOLIN, I. P. Crescimento e desenvolvimento econômico no Brasil: uma análise comparativa entre o PIB *per capita* e os níveis educacionais. **Análise – Revista de Administração da PUCRS**, [S.l.], v. 19, n. 1, out. 2008. ISSN 1980-6302. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/face/article/view/2467>. Acesso em 21 de Agosto, as 17:36 h

APÊNDICE A
FICHA DE AVALIAÇÃO DE TG-II – FACE/UGD

Título do Trabalho: _____

Nome do Aluno: _____

Orientador: _____

Avaliador(a): _____

Itens a serem avaliados	Critérios de Avaliação
Conteúdo do Trabalho. Caráter analítico da monografia. Consistência das conclusões com o corpo do trabalho. Nível e qualidade do referencial teórico.	() Ausente () Incompleto () Satisfatório () Bom
Desenvolvimento lógico do tema (Introdução, desenvolvimento, conclusão). Metodologia adequada aos objetivos estabelecidos.	() Ausente () Incompleto () Satisfatório () Bom
Posicionamento crítico em relação ao tema desenvolvido.	() Ausente () Incompleto () Satisfatório () Bom
Clareza e correção na linguagem. Cumprimento das normas do Regulamento.	() Ausente () Incompleto () Satisfatório () Bom
Apresentação e defesa oral: domínio do conteúdo, utilização de linguagem específica, argumentação, concisão e precisão nas respostas.	() Ausente () Incompleto () Satisfatório () Bom

Legenda: Ausente: Não existe tal aspecto no trabalho apresentado.

Incompleto: O item analisado se apresenta com diversas falhas e faltas.

Satisfatório: O item analisado está satisfatório, porém necessita de melhorias.

Bom: O item analisado atendeu aos requisitos exigidos.

Avaliador:			
Conceito:	() Reprovado	() Aprovado com Ressalvas	() Aprovado
Observações:			() A () B

Legenda: Reprovado: O trabalho não apresenta requisitos mínimos de aprovação, pois, os aspectos analisados estão, em sua maioria, “Ausentes” ou “Incompletos”.

Aprovado com Ressalvas: O trabalho apresenta algumas falhas, aspectos incompletos e, com a devida correção, apresenta condições de aprovação.

Aprovado: (A) O trabalho, na maioria dos aspectos analisados, , avalia-se como “Bom”

(B) O trabalho necessita de correções de formatação, de ortografia, de sugestões e ajustes conforme apontamentos no texto, porém não compromete os resultados. Predominam os aspectos analisados como “Satisfatórios”.

Dourados, ____ de _____ de _____.

Orientador

Membro

Membro

APÊNDICE B**TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS E AUTORIZAÇÃO PARA INSERÇÃO DE TRABALHO DE GRADUAÇÃO NOS MEIOS ELETRÔNICOS DE DIVULGAÇÃO DISPONIBILIZADOS E UTILIZADOS PELA UFGD**

Eu, Joyce José Joaquim, estudante, Rua Brasil, número 1025, Vila Ubiratan, Dourados-MS, RG 1413598 SSP/MS, CPF 008.184.331-32, aluna do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Grande Dourados, matriculado sob número 2013061121942, venho, por meio do presente, **AUTORIZAR** a inserção do meu Trabalho Final de Graduação, Aprovado em banca, intitulado Caracterização e Análise do Crescimento Econômico de Municípios dos Estados da Região Centro-Oeste Durante o Período de 2000 e 2010 nos meios eletrônicos de divulgação disponibilizados e utilizados pela universidade, bem como em qualquer outro meio eletrônico de divulgação utilizado pela Instituição, para os específicos fins educativos, técnicos e culturais de divulgação institucional e não-comerciais.

DECLARO, dessa forma, que **cedo, em caráter gratuito e por tempo indeterminado**, o inteiro teor do meu Trabalho de Graduação acima identificado, cuja cópia, por mim rubricada e firmada, segue em anexo, **para que possa ser divulgada através do(s) meio(s) acima referido(s)**.

DECLARO, ainda, que sou **autor e único e exclusivo responsável** pelo conteúdo do mencionado Trabalho de Graduação.

AUTORIZO, ainda, a Universidade a **remover** o referido Trabalho do(s) local(is) acima referido(s), a **qualquer tempo e independentemente de motivo e/ou notificação prévia** à minha pessoa.

Em Dourados, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura:

Nome Completo:
